

Universidade Federal de Viçosa
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de Ciências Sociais

**SINDICALISMO RURAL EM ESPERA FELIZ/MG: HISTÓRIA,
REUNIÕES E EIXOS-ARTICULADORES DE SUA PRÁTICA
POLÍTICA**

Acadêmico: Ramon da Silva Teixeira

Orientador: Prof. Dr. Douglas Mansur da Silva

Viçosa
Minas Gerais, Brasil
2017

RAMON DA SILVA TEIXEIRA

**SINDICALISMO RURAL EM ESPERA FELIZ/MG: HISTÓRIA,
REUNIÕES E EIXOS-ARTICULADORES DE SUA AÇÃO POLÍTICA**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Douglas Mansur da Silva

Viçosa
Minas Gerais, Brasil
2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Monografia intitulada *Sindicalismo rural em Espera Feliz/MG: história, reuniões e eixos-articuladores de sua prática política* de autoria do estudante Ramon da Silva Teixeira, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Douglas Mansur da Silva – Orientador
Departamento de Ciências Sociais da UFV

Prof. MSc. Márcio Gomes da Silva
Departamento de Educação da UFV

Prof. Dr. Fabrício Roberto Costa Oliveira
Departamento de Ciências Sociais da UFV

Viçosa, 17 de fevereiro de 2017

Dedico esse trabalho a meus pais, Renato e Onícia. Aos povos originários, quilombolas e povos tradicionais; agricultores e agricultoras, aos trabalhadores e trabalhadoras que com sangue e suas próprias vidas construíram e continuam a construir este país. Enfim, a todos que nesse momento têm seus direitos, duramente conquistados, ameaçados.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pela educação, incentivo e apoio incondicionais. Sem eles, eu não seria esse ser humano curioso e chegar até aqui não seria possível;

Ao meu irmão Rodrigo, à minha irmã Renata e minha sobrinha, Lanna, pela amizade, carinho e apoio;

Aos meus avós paternos Olinda e Mário e aos maternos, Alaídes e Francisco (*in memoriam*), pela ancestralidade representada por eles;

Aos irmãos que a vida meu deu, Paulo Júnior (PJ) e Leandro, por estarem sempre comigo nos bons e maus momentos;

À Marília, pelo carinho, escuta e companheirismo;

Aos amigos e amigas de cantoria, desenho, prosa e luta de Viçosa, Marcinho, Fabrício, Júlio “Regional”, Priscila Schultz, Maysa, Bianca, Guilherme “Padero”, Joubert, Ana Terra, Thamara, Daiane, Gabriela, Alisson, Pablo, Sara, Glauber, Bruno Marota, Thamyres, Thays e Cleo, pelos bons momentos vividos;

Aos conhecidos e conhecidas do bairro Romão do Reis (minha casa em Viçosa desde que cheguei), aos companheiros de pedal Naninho, Tiago e Aiton, aos vizinhos que sempre a gente tromba no bar do Sô Cláudio e, especialmente, às vizinhas Dona Maria, Dona Margarete, Dona Imaculada e Regina, que ao modo de mães, apoiaram-me e cuidaram de mim;

À Wendell Damica, que me convidou em 2009 para participar do cursinho popular Tecendo Sonhos. Sem esse convite, meu despertar para a agroecologia e os movimentos sociais não teria acontecido, ou teria acontecido de outro modo;

Ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura Familiar de Espera Feliz, especialmente aos amigos e amigas, Eduardo, Fabiano “Bim”, Fernanda, Amauri, Mariana, Farinhada, Valdeci, pela oportunidade concedida de conhecer esse mundo de luta pela justiça social e conquista de Direitos;

Ao Programa Teia de Extensão Universitária, à Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, à Articulação dos Cursinhos Populares da Zona da Mata mineira, ao Cursinho Popular Tecendo Sonhos, ao Comboio de Agroecologia do Sudeste e ao Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia - ECOA-UFV, Coletivo Repentistas do Desenho, pela formação humana e cidadã para a transformação;

Ao Fórum Regional de Economia Popular Solidária da Zona da Mata mineira e ao Fórum Mineiro de Economia Solidária, pelo aprendizado e pelas histórias e pessoas de luta que conheci;

Aos professores e conselheiros, Willer Araújo Barbosa e Irene Maria Cardoso, pelos conselhos, exemplo e pela oportunidade de aprendizado prático e político da Educação Popular e Agroecologia;

Aos professores do Departamento de Ciências Sociais, especialmente, Marcelo Oliveira e Douglas Mansur, pelas lições de Antropologia e ainda, este último, por gentilmente aceitar a tarefa de me orientar;

À Amanda Gonçalves, pela escuta atenta, pela leitura dessa monografia e pelos animados e interessantes debates sobre antropologia;

A meu padrinho Zé Geraldo, sua esposa Teca e família, pela amizade e pelo apoio durante toda a graduação;

À Lídia Nazaré, minha conselheira, pelo incentivo e apoio a essa minha escolha pela vida acadêmica;

À banca avaliadora, pela leitura atenta do trabalho e pelas importantes críticas e sugestões dadas para o aperfeiçoamento da monografia aqui apresentada;

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, pelo apoio financeiro que possibilitou a realização da pesquisa que deu origem a esta monografia;

Àqueles e aquelas que, por ventura, eu não tenha enunciado os nomes, mas que fizeram parte desse caminho percorrido até aqui, meus agradecimentos.

SUMÁRIO

RESUMO E ABSTRACT	viii
ABREVIATURAS E SIGLAS	ix
INTRODUÇÃO	1
1. CONTEXTUALIZANDO OS SABERES: ZONA DA MATA MINEIRA, ESPERA FELIZ E O SINDICALISMO RURAL LOCAL	5
1.1 Histórico e as características da Zona da Mata mineira e Espera Feliz	5
1.2 Sindicalismo rural na Zona da Mata e em Espera Feliz	10
1.2.1 Antecedentes	10
1.2.2 O sindicalismo rural na Zona da Mata	13
1.2.3 O sindicalismo rural em Espera Feliz	15
2. COMBATE AO MAL – DAS REUNIÕES RELIGIOSAS À ORGANIZAÇÃO POLÍTICA: OS EIXOS-ARTICULADORES DA PRÁTICA POLÍTICA DO SINTRAF	22
2.1 Preâmbulo	22
2.2 Eixos-articuladores da prática política do sindicalismo rural em Espera Feliz.....	24
2.3 Resgate de sua história e motivação sindical para a luta sindical contada em metáforas	29
2.4 Eixos-articuladores na boca do povo: a história (re)significada.....	40
2.5 Em qual contexto se expressam os eixos-articuladores hoje?: Breve nota sobre os desafios contemporâneos e seus impactos para o sindicalismo rural local	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
BIBLIOGRAFIA	51
ANEXOS	56

RESUMO

Este trabalho trata-se de um estudo de caso sobre o sindicalismo rural em Espera Feliz. Para entender o fenômeno, partiu-se de uma perspectiva histórico-processual e, por razões de amplas similaridades, conectamo-lo ao sindicalismo rural desenvolvido na Zona da Mata mineira, sobretudo no tocante à sua origem. Com o objetivo de responder a duas questões – quais valores compõem o princípio ético-político que orienta as ações do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Agricultura Familiar (Sintraf) de Espera Feliz? Como esses valores são (re)apropriados, deslocados e transformados? –, a partir de uma leitura que os próprios militantes (lideranças sindicais) envolvidos com as ações do sindicato fazem do seu passado e presente, o pesquisador mapeou o que se chamou de eixos-articuladores da prática política do Sintraf. Para isso, valeu-se da observação participante e participação observante de reuniões, encontros marcadamente ritualizados, durante os quais as lideranças sindicais estabelecem sociabilidade, promovem debates e articulações sindicais. O estudo está organizado em dois capítulos. No capítulo 1, proceder-se-á por uma caracterização do objeto (dimensão macrosociológica). No capítulo 2, apresentar-se-á a análise de duas reuniões, mapearemos e descreveremos o repertório dos eixos-articuladores da prática política, atentando-se para o processo de mudança (dimensão microsociológica). Por fim, abordar-se-á os desafios contemporâneos para o sindicalismo local. Nas considerações finais, as principais ideias defendidas ao longo da monografia serão retomadas a fim de construir uma síntese.

PALAVRAS-CHAVE: Sindicalismo Rural. Espera Feliz. Cultura Política. Reuniões.

ABSTRACT

This paper deals with a case study on rural trade unionism in Espera Feliz. In order to understand the phenomenon, we started from a historical-procedural perspective and, for reasons of broad similarities, we connect it with the rural trade unionism developed in the Zona da Mata mineira, especially with respect to its origin. With the objective of answering two questions – which values make up the ethical-political principle that guides the actions of the Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Agricultura Familiar (Sintraf) de Espera Feliz? How are these values (re) appropriated, displaced, and transformed? –, from a reading that the militants themselves (rural trade union leaders) involved with the actions of the rural trade union make of their past and present, the researcher mapped what we are calling the articulators of the political practice of Sintraf. For this, participant observation and observant participation was used in meetings, markedly ritualized reunions, during which rural trade union leaderships establish sociability, promote trade union discussions and articulations. The study is organized in two chapters. In chapter 1, we will proceed through a characterization of the object (macro-sociological dimension). In chapter 2, we present the analysis of two meetings, mapping and describing the list of the articulators of political practice, considering the process of change (micro-sociological dimension). Finally, we will address the contemporary challenges to local rural trade unionism. In the final considerations, the main ideas defended throughout the monograph will be revised in order to construct a synthesis.

KEYWORDS: Rural Syndicalism. Espera Feliz. Political Culture. Meetings.

ABREVIATURAS E SIGLAS

- AP - Ação Popular MSTR - Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais
- ASIMAF - Associação Intermunicipal da Agricultura Familiar
- CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
- COOFELIZ - Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar
- CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- CPT - Comissão Pastoral da Terra
- CRESOL - Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária
- CTA-ZM - Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata
- ECOSOL - Cooperativa de Crédito Solidária
- FETRAF-MG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de Minas Gerais
- FUNRURAL - Fundo de Assistência do Trabalhador Rural
- MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
- MAPE - Movimento de Apostolado dos Pioneiros do Evangelho
- MASTER - Movimento dos Agricultores Sem Terra
- Mobon - Movimento da Boa Nova
- MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
- PCB - Partido Comunista Brasileiro
- PT - Partido dos Trabalhadores
- Rede-PTA - Rede de Projeto Tecnologias Alternativas
- Sintraf - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
- STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- TERAVIDA - Associação Intermunicipal Naturalista dos Terapeutas Popular de Espera Feliz, Caiana, Caparaó e Alto Caparaó/MG
- ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se configura como um estudo de caso (GIL, 1999; YIN, 2010) que surge do desejo por compreender fenômenos complexos partindo de uma perspectiva processual. O foco desta investigação é, tomando-o como unidade-caso (GIL, 1999) exemplar de desenvolvimento do sindicalismo rural na Zona da Mata mineira, Espera Feliz-MG. Entre as várias razões que me levou a escolher o município, participou um importante fator. Refiro-me à familiaridade em relação às ações de formação, reivindicação de Direitos e execução de políticas públicas empreendidas pelas/os agricultoras e agricultores familiares (em alguns casos, agroecológicos ou em transição agroecológica) ligados ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Sintraf) que construí ao longo de quase oito anos desde o primeiro contato.

Encontro-me em vivência com a *comunidade* (COMERFORD, 2003) campesina do município desde 2009. À época, como educador-voluntário de literatura e redação, estabeleci meu primeiro contato com o Sintraf e os atores envolvidos com a organização através do “Cursinho Pré-Vestibular de Educação do Campo em Espera Feliz-MG” – popularmente conhecido como Cursinho Popular “Tecendo Sonhos”, projeto que foi desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de Viçosa por meio do Programa Teia de Extensão Universitária até o ano passado¹. Trabalhei durante cinco anos nesse projeto e desde então, foram inúmeras as ações que participei e ajudei a organizar em conjunto com a organização e seus atores, tanto no âmbito formal quanto informal. A propósito, nasci para o movimento após a entrada no “Tecendo Sonhos”. Tornei-me militante² e parceiro da organização.

Portanto, ao fim e ao cabo, o leitor tem em mãos uma investigação baseada num exercício de “estranhar o familiar e familiarizar o estranho” (DAMATTA, 1974; VELHO, 1978) com todas suas agruras e potencialidades. Como tal, a pesquisa propõe-se como uma

¹ O projeto foi registrado em 2008 no Registro de Atividades de Extensão no Sistema RAEX/SIEX da Universidade Federal de Viçosa sob o número de PRJ-056/2008. Este ano, na reunião de Planejamento realizada em janeiro, em decorrência da falta de recurso e, como relataram os coordenadores locais, do pouco envolvimento da juventude do campo ligada aos membros sindicalizados, optou-se por se encerrar as atividades do projeto. No lugar, será retomada as atividades da Escolinha Sindical que passará a fomentar ao fim do processo de formação, que durará 2 anos, o ingresso dos e das jovens nas licenciaturas em educação do campo. Sobre o cursinho, cf. AMORIM JUNIOR, Paulo César Gomes e LOPES, Leandro de Souza. Curso pré-vestibular popular de jovens do campo: Tecendo Sonhos. *Cadernos de Agroecologia*, vol. 6, n. 2, p.1-3, Dez. 2011. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/11194>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

² Segundo o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, diz-se que um militante é aquele que milita, luta, combate ou defende algo de forma ativa ou convicta. Militante, Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/militante>>. Acesso em 12 dez. 2017.

leitura vivenciada³ da trajetória do sindicalismo rural em Espera Feliz como algo fabricado e produzido cultural e historicamente. Traremos o caso particular de Espera Feliz decerto, todavia, como se verá mais a frente, conectaremos esse sindicalismo rural a um contexto maior, o da Zona da Mata mineira, sobretudo no tocante à origem desse sindicalismo que, como se deu em outros municípios da região, possui uma origem significativamente vinculada a Igreja progressista pós-conciliar, especificamente ao Movimento da Boa Nova (Mobon) (OLIVEIRA, 2012).

Para tanto, um recorte temporal foi necessário. Assim, a monografia que se tem em mãos é resultado da pesquisa que se realizou de março de 2016 a fevereiro de 2017, período em que o estudante foi bolsista do projeto de iniciação científica “Do Campo à Cidade: políticas de desenvolvimento, territorialidades e migrações (uma comparação triangular)”⁴.

Durante esse período, além de intensa pesquisa bibliográfica⁵, vali-me das oportunidades em que – como parceiro que contribuí eventualmente com ações do sindicato – fui convidado a contribuir com ações já previstas na agenda do sindicato. Dessa forma, (re)inseri-me ao campo⁶ e observei reuniões e festas, encontros marcadamente ritualizados (COMERFORD, 1999; COMERFORD et. al 2015)⁷, durante as quais, lideranças sindicais estabelecem sociabilidade, promovem debates e articulações sindicais.

Como foi possível notar, este sindicato encontra-se em um momento de revisão de sua trajetória e de reflexão sobre os desafios presentes e futuros. Como parte desse

³ Leitura vivenciada no sentido de experimento, isto é, experimentar o sentido da Antropologia como campo de interpretação e invenção em que “(...) o antropólogo é obrigado a incluir a si mesmo e seu próprio modo de vida em seu objeto de estudo, e investigar a si mesmo” (WAGNER, 2010, p.28).

⁴ Projeto coordenado pelo Prof. Dr. Douglas Mansur da Silva aprovado junto à Universidade Federal de Viçosa, pelo Programa de Bolsas de Iniciação Científica (Probic), apoiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). O projeto possui como principal objetivo identificar e analisar práticas sociais acerca dos usos do espaço e o modo como são percebidas e narradas as transformações sociais e espaciais experienciadas por diferentes populações, rurais e urbanas. No andamento do projeto, em uma das fases de realização, teve-se um olhar sobre as migrações e transformações urbanas na cidade de Viçosa; a outra fase analisou o processo de disputa por diferentes projetos de apropriação na Serra do Gandarela; numa terceira etapa, trabalhou-se o processo de migração rural-rural de Ipanema e Pocrane rumo à Espera Feliz. E a quarta e última etapa procura mapear os eixos-articuladores que orientam a prática política dos atores envolvidos com o Sintraf-Espera Feliz apresentados no presente trabalho de conclusão de curso.

⁵ A pesquisa bibliográfica auxilia o pesquisador, por meio de amplo acesso a dados dispersos em material já elaborado (livros de leitura corrente, livros de referência, publicações periódicas e impresso diversos) sobre determinado tema, na definição do quadro conceitual que caracterize o objeto exposto.

⁶ Digo que foi uma reinserção ao campo, em decorrência da novidade do olhar, uma vez que ao longo desses quase oito anos de contato com o sindicato, apesar de já ter escrito artigos e resumos expandidos sobre o Cursinho Popular “Tecendo Sonhos”, é a primeira vez que, conscientemente, volto o olhar para as atividades do sindicato, sobretudo as reuniões que participei, buscando entender o que se passa.

⁷ Referindo-se a reunião, em “Fazendo a Luta”, Comerford (1999) apresenta os 10 momentos rituais que, relacionados entre si, compõem o todo maior que é a reunião. Para detalhes, cf. Anexo 1. Em linhas gerais, as reuniões observadas apresentaram todas as etapas descritas pelo autor.

processo, a organização tem realizado reuniões de reflexão e análise sobre sua história, lançando mão, portanto, de um olhar sobre seu passado e o contexto presente. Duas dessas reuniões foram alvos de observação etnográfica (observação participante e participação observante, uma vez que atuei em uma delas como facilitador/mediador), a saber: o Iº Congresso Eleitoral do Sintraf de Espera Feliz, realizado em 20 de junho de 2016 e; a reunião de Planejamento deste mesmo sindicato, realizada nos dias 10 e 11 de janeiro de 2017⁸.

Em todas as ocasiões procurei me *situar* como empreendimento científico (GEERTZ, 2008; WAGNER, 2010). Atentei-me, sobretudo, para o discurso político, e elaborei painéis de registro gráfico⁹. Ao observar estas reuniões, foi possível, como escreve Comerford (1999, p.15):

(...) identificar alguns aspectos ou dimensões da própria vida social que são postos em relevo e reapresentados pelos e para os próprios atores, abrindo janelas, por assim dizer, que [permitiram] visualizar valores e representações socialmente construídos como importantes no universo social em questão, cujo conjunto pode ser analisado como uma “cosmologia”.

Dessa forma, perseguiremos “evidências” que nos respondam as seguintes questões: quais valores compõem o princípio ético-político comum, isto é, o “‘senso comum’ sobre a organização e a vida sindical ou associativa (...) formando uma base sobre a qual podem ser construídos os *consensos*” (COMERFORD, 1999, p.65) que orientam as ações do Sintraf? Como esses valores são (re)apropriados, deslocados e transformados?

Considerando as reuniões como espaços educativos, isto é, como ações educativas, em que se aprende e se conscientiza politicamente (GOHN, 2011; COMERFORD, 1999), objetiva-se mapear os eixos-articuladores da prática política do sindicato a partir de uma leitura que os próprios militantes fazem do seu passado e presente. Eixos-articuladores

⁸ As demais situações observadas foram: (i) *festas* (e espaços não formais) – Casamento Paulinho de Divino, Casamento Farinhada e Eliane, Fogueira de São Pedro no Assentamento Pe. Jésus, Visita à casa Farinhada e Eliane em Manhumirim e “Pré-Planejamento” na casa Farinhada e Eliane em Manhumirim e no Bar Central em Espera Feliz; (ii) *reuniões* – Formação sobre Educação Popular para o Cursinho Popular “Tecendo Sonhos”, Seminário de Previdência Social – FETRAF-MG em Espera Feliz e VI Fórum Social pela Vida em Conselheiro Lafaiete.

⁹Facilitação Gráfica é uma forma específica de colheita de informações – registro em tempo real das conversas e do conteúdo gerado por um grupo ou palestrante – em que a essência de uma conversa, reunião, encontro ou palestra é traduzido e organizado no formato de um desenho ou de desenhos interrelacionados (FACILITAÇÃO, 2014; ROAM, 2012). A facilitação gráfica é feita em um painel de papel, utilizando metáforas, esquemas, ilustrações e palavras-chave que representem a essência do processo e do resultado do evento. O facilitador gráfico, ou seja, quem desenha o painel, trabalha em parceria com os colheitadores gráficos, isto é, pessoas responsáveis por escutar atentamente as conversas e selecionar as informações que mais importam (ideias-força) para munir o facilitador com informações para a composição do painel.

esses – desenvolvidos na experiência¹⁰ de homens e mulheres reais – que, desconfiamos, constroem o princípio ético-político do sindicato em questão.

Na tentativa de atingir esse objetivo o estudo está organizado da seguinte maneira. No capítulo 1, procederemos a uma caracterização do objeto, apresentando as características do município e contextualizando o movimento sindical local junto a um referencial histórico do Sindicalismo Rural brasileiro e na Zona da Mata mineira.

No capítulo 2, apresentaremos a análise do material de campo gerado no “1º Congresso Eleitoral do Sintraf de Espera Feliz” e na “reunião de Planejamento”. Em linhas gerais, mapearemos e descreveremos o repertório dos eixos-articuladores da prática política do sindicato, analisando, sobretudo, a leitura que os próprios militantes fazem do seu passado e presente, atentando-se para o processo de mudança (ou não) das pautas e quadros de ações de formação, reivindicação de Direitos e execução de políticas públicas ao longo da história da organização. Por fim, abordaremos os desafios contemporâneos para o sindicalismo local. Nas considerações finais, retomarei as principais ideias defendidas ao longo da monografia a fim de construir uma síntese.

¹⁰ Neste trabalho, quando se diz experiência, estamos nos referindo ao conceito desenvolvido por Thompon (1981 *apud* MARTINS, 2006). A categoria define a relação entre ser social e consciência social. Em sua abordagem, teórica ele concilia ação e estrutura, isto é, não se compreendem os sujeitos como “(...) sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (...) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada” (THOMPSON, 1981, p.182 *apud* MARTINS, 2006, p.117).

1. CONTEXTUALIZANDO: ZONA DA MATA MINEIRA, ESPERA FELIZ E O SINDICALISMO RURAL LOCAL

1.1. Histórico e características da Zona da Mata mineira e Espera Feliz

O estado de Minas Gerais é dividido em doze mesorregiões (na classificação estabelecida pelo IBGE). A Zona da Mata é uma destas mesorregiões e está inserida no Bioma da Mata Atlântica. Ela está localizada no sudeste do estado, estabelecendo fronteira ao leste com os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. A região é dividida em oito microrregiões e, a região é composta por 142 municípios, que se estabelecem numa superfície de 35.748,7 Km², área que corresponde a cerca de 6,09% da área do estado¹¹. A figura 1 ilustra as mesorregiões de planejamento do IBGE em Minas Gerais.

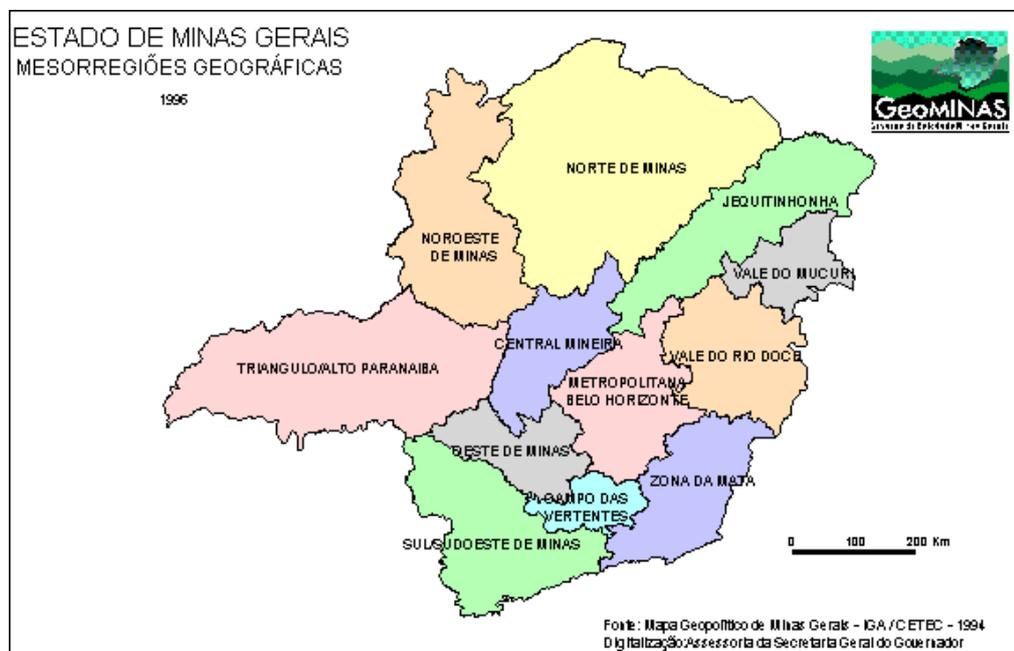


Figura 1 - Mapa de Minas Gerais com destaque para Zona da Mata Mineira¹²

Antes da chegada do homem branco, a região era habitada somente pelos índios Cataguás e Puris (VALVERDE, 1958 *apud* CAMPOS, 2006). O processo de colonização é recente e data do final do século XIX. Com a crise do ciclo do ouro, por volta do período de 1830, a cafeicultura é introduzida na região com grandes fazendas e mão-de-obra escrava e se consolida daí em diante como principal atividade comercial da região¹³,

¹¹ Segundo informações do “Caderno do(a) participante Caravana Agroecológica e Cultural da Zona da Mata” (2013, p.6).

¹² Fonte: <http://www.geominas.mg.gov.br/> (extraído de SILVA, 2010, p.13).

¹³ A atividade teve seu ápice situado entre 1870 e 1905 enfrentando diversas fases recessivas (CAMPOS, 2006). Para uma descrição detalhada de um período recessivo da cafeicultura (décadas de 1960 e 1970) e os

complementada por outros cultivos, tais como feijão, milho, arroz e cana-de-açúcar, que tanto supriam o próprio consumo da unidade produtiva como também eram comercializados (COMERFORD, 2003; CAMPOS, 2006; SILVA, 2010).

Junto com a fronteira de expansão do café chega também à região, por iniciativa de fazendeiros e comerciantes, com objetivo principal de escoar a produção, “fazendo com que esse se estendesse para a região leste e norte, compreendendo os municípios de Muriaé, Ponte Nova, Carangola e Manhuaçu” (SILVA, 2010, p.13) até o Porto Novo do Cunha (hoje Além Paraíba), se deu a expansão da malha ferroviária com a construção da Estrada de Ferro Leopoldina. Conseqüentemente, inicia-se o crescimento demográfico, a urbanização e industrialização da região (CAMPOS, 2006; SILVA, 2010).

Após assinatura da Lei Áurea, em 1888, que aboliu o trabalho escravo, e a resultante falta de mão-de-obra, “a estratégia dominante do Estado e dos cafeicultores foi a tentativa de formar um mercado de trabalho livre com a mão-de-obra itinerante disponível, pois possuía a maior população do país” (CAMPOS, 2006, p.14-15). Dessa forma, a produção do café foi organizada a partir da meação¹⁴, que só possibilitava o acesso limitado ao uso da terra. É, portanto, nesta complexa transição para o trabalho livre, entre outros fatores, que se encontra a origem da agricultura familiar camponesa¹⁵ na região.

Como expresso no “Caderno do(a) participante Caravana Agroecológica e Cultural da Zona da Mata” (2013, p.6):

A origem da agricultura familiar camponesa na Zona da Mata está associada aos migrantes que vieram das regiões de mineração ou de outras regiões do estado, ou mesmo de outros países, para trabalharem nas lavouras de café, que com o tempo foram tendo acesso ao seu próprio pedaço de terra. Está associada aos sítiantes que vieram ocupar espaços entre as fazendas de café, se dedicando a culturas alimentares e criação de animais, mas também trabalhando nas fazendas

programas de desenvolvimento criados pelo Estado e seus impactos, com incidência direta em Espera Feliz, cf. SILVA, Marcio Gomes da., 2010. Políticas públicas de desenvolvimento rural e organizações de agricultura familiar no município de Espera Feliz-MG. Dissertação de Mestrado. *Universidade Federal de Viçosa – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural*. Viçosa, Minas Gerais. Brasil, p.12-14.

¹⁴ Diz-se da relação de trabalho em que o agricultor trabalha em terras que pertencem a outra pessoa e dá a ela metade do que produz como forma de pagamento pelo uso da terra. Em geral o meeiro ocupa-se de todo o trabalho, e reparte com o dono da terra o resultado da produção. O dono da terra fornece o terreno, a casa e, às vezes, um pequeno lote para o cultivo particular do agricultor e de sua família. Fornece, ainda, equipamento agrícola e animais para ajudar no trabalho (fonte: dicionárioinformal.com.br).

¹⁵ Neste trabalho, utilizaremos a categoria *agricultura familiar camponesa*, tal como desenvolvida por Ferrari (2010, p.07-20, cf. especialmente o que se discute na sessão “A ‘Agricultura Familiar Camponesa’”). Dito isso, não é nosso foco aqui uma discussão sobre se existe ou não campesinato no Brasil. Para um debate que aborde essa questão, conferir Wanderley (2006), artigo em que a autora aborda as rupturas e continuidades entre campesinato e agricultura familiar.

de café e gado. (...). Finalmente, está associada aos descendentes das populações originárias dos índios Puri e Cataguás¹⁶.

Tendo em vista esse histórico de ocupação e uso das terras, caracteriza atualmente a estrutura agrária da região, a grande fragmentação da propriedade rural que, sobretudo, se deu em decorrência da fragmentação progressiva das antigas fazendas de café, que, ao longo do tempo, foram sendo divididas em propriedades cada vez menores em função da perda do dinamismo da economia e da divisão das terras pela herança (CAMPOS, 2006). Como bem caracterizou a região, Campos (2006, p.2):

Atualmente, a região é composta por micro e pequenas propriedades onde se produz feijão, milho, arroz, cana de açúcar, café, venda de pequenas criações, pastagens e, em alguns casos, mel e própolis, além do artesanato. Os trabalhadores rurais não têm acesso à terra a não ser por meio da meação e do arrendamento, e os pequenos agricultores não têm terra suficiente para a reprodução da unidade familiar sem o uso de estratégias complementares múltiplas, através da diversificação da produção nas pequenas propriedades, seja pelo arrendamento ou formas de trabalho eventuais ou sazonal como assalariados.

Por fim, os processos econômicos, sociais e políticos da Zona da Mata estão articulados à expansão mundial do capital (FEATHERSTONE, 1994) e se estabelece uma intensa aproximação entre rural e urbano que marca as relações sociais e as configurações sócio-espaciais desta região. Neste sentido, a região, em suas especificidades locais, participa e sofre impactos de processos sociais de escala nacional e global. Entre esses processos, destacamos as disputas e as conexões em torno de diferentes políticas e concepções de desenvolvimento que podem colocar, de modo antagônico ou lado a lado, o Estado, o capital nacional e internacional, setores organizados da sociedade civil e diferentes populações tradicionais.

Assim, dialeticamente, tem-se contato com experiências organizativas, envolvendo a presença de agricultura familiar camponesa, organização sindical, entidades de apoio, Universidade Federal de Viçosa (UFV), associações e cooperativas, experiências com diferentes tecnologias sociais, desde o uso de homeopatia na lavoura até sistemas agroflorestais, além de uma diversidade de experiências com educação do campo, a presença de populações quilombolas¹⁷ e a ressurgência da população indígena Puri¹⁸; e

¹⁶ Esse contexto regional de surgimento da agricultura familiar está em consonância com o contexto de constituição do campesinato brasileiro que apresentaremos mais a frente.

¹⁷ Cf. MARQUES, Pedro de Aguiar. *Os processos do processo: (re)apropriações e (re)significações dos Direitos pela comunidade quilombola de Córrego do Meio/MG*. 2016. Dissertação (mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2016.

com experiências vinculadas a grandes empresas, de capital nacional e internacional, como a construção de barragens e de hidrelétricas, a exploração do minério e a construção de minerodutos, o agronegócio, a fronteira de expansão agrária ou urbana, entre outras questões.

Espera Feliz é um dos municípios onde essas disputas e conexões em torno de diferentes políticas e concepções de desenvolvimento se fazem presente. Constituinte de um povoamento que outrora se chamava São Sebastião da Barra, como conta a tradição, o município (emancipado em 1939) teve seu nome dado por uma comissão de engenheiros enviados em comissão por Pedro II em meados do século XIX. Narra a história que alguns engenheiros da comitiva puseram-se à espera de possíveis caças que eram abundantes na região e “Como era de se esperar, não faltaram caças e, após dias sucessivos, foram felizes naquela empreitada e daí surgiu o primitivo nome de ‘Feliz Espera’, mais tarde alterado para o de ‘Espera Feliz’”¹⁹.

O município possui uma área de 317, 638 Km² e localiza-se na região norte da Zona da Mata. Limita-se ao norte pelos municípios de Alto Caparaó e Caparaó, a sul pelos de Carangola e Caiana, a leste pelos de Dolores do Rio Preto-ES e a oeste pelo de Divino, integrando a microrregião de Muriaé. Possui uma população de aproximadamente 22.860 habitantes, da qual, cerca 8.680 de habitantes encontra-se na zona rural, o que representa 37,99% desta população (IBGE, 2010). A figura 2 demonstra a localização do município.

¹⁸ Cf. BARBOSA, Willer Araujo. *Cultura Puri e educação popular no município de Araçuaia, Minas Gerais: Duzentos anos de solidão em defesa da vida e do meio ambiente*. 2005. Tese (doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2005. Cf. também RAMOS, Melissa Ferreira. *Re-existência e ressurgência indígena: diáspora e transformações do povo Puri*. 2017. 238f. Dissertação (mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Viçosa. 2017.

¹⁹ Fonte: ROGÉRIO CARELLI – Prof. História Contemporânea - Fundação FAFILE-UEMG de Carangola. Sócio-correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. In: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=312420&search=minas-gerais|espera-feliz|infograficos:-historico>>. Acesso em 10 fev. 2017.

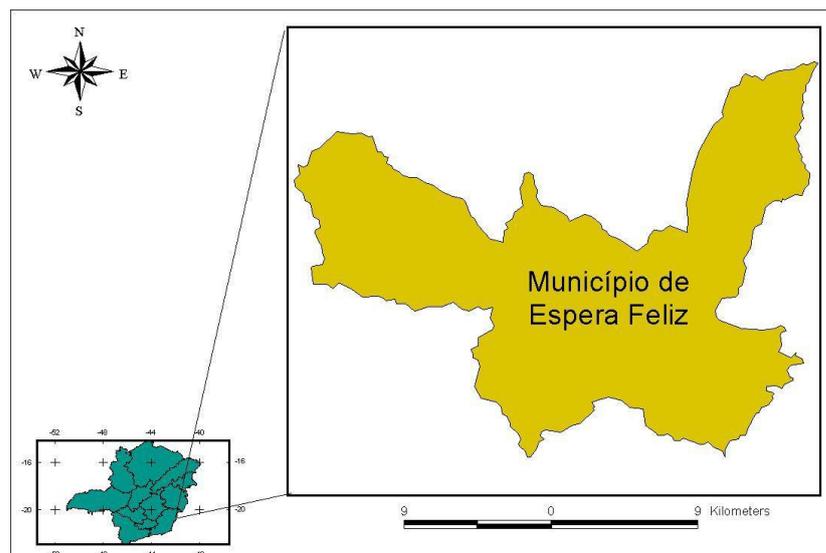


Figura 2 - Mapa do município de Espera Feliz²⁰.

Espera Feliz, no que se tange a agricultura, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006, possui 1032 estabelecimentos agrícolas, dos quais 522 utilizam algum tipo de força (animal ou mecânica) na lavoura, 913 estabelecimentos utilizam adubação química, principalmente, nas lavouras, o que pode dizer de uma dependência da indústria dos insumos agrícolas, ao mesmo tempo em que, apenas 8 possuem produção integrada à indústria (IBGE, 2006)²¹. Entre a população rural, a maioria é constituída por agricultores familiares, tendo uma participação importante na economia do município. Como demonstra o Censo Agropecuário de 2006, o município possui 761 estabelecimentos familiares que ocupam 42,5% da área total, ou seja, 73% dos estabelecimentos que ocupam a zona rural são de agricultura familiar²². O número de agricultores familiares é expresso por aproximadamente 3.500 famílias (SILVA, 2010).

No que se refere à produção de lavouras permanentes, estas representam 39,87%. Ao se referir especificamente à produção do café, cultivo historicamente presente na Zona da Mata e no município, as lavouras ocupam uma área plantada de 9.350 hectares, o que representa 28% da área de extensão territorial de Espera Feliz ocupada pelo café. Isso indica que, em termos percentuais, 98,75% da área de lavoura permanente no município é de cultivo de café (IBGE, 2006).

²⁰ Elaborado a partir de dados de <http://www.geominas.mg.gov.br/> (extraído de SILVA, 2010, p.13).

²¹ Como explica Silva (2010), essas informações sobre a agricultura no município se relacionam à produção agropecuária, sem distinção de agricultura familiar ou não-familiar.

²² O Censo agropecuário toma como base para definir a agricultura familiar o que dispõe a lei 11.326/2006, que diz que para ser agricultura familiar deve-se desenvolver atividades no meio rural e seguir fundamentalmente os seguintes requisitos: não detenha mais que 4 (quatro) módulos fiscais; mão de obra utilizada de maioria familiar, renda predominante do estabelecimento.

Em relação às estratégias complementares múltiplas necessárias para reprodução da unidade familiar (CAMPOS, 2006), mais especificamente da pluriatividade²³, o Censo Agropecuário de 2006 aponta que em 31% dos estabelecimentos familiares foi declarada pelos proprietários a execução de atividades não-agrícolas e fora da propriedade.

A descrição do histórico e das características da Zona da Mata mineira somada ao histórico e características de Espera Feliz, sobretudo, acrescido de um detalhado perfil da agricultura familiar do município apresentados aqui, iluminarão o que se seguirá na próxima subseção, ajudando a entender as razões para esta região figurar como um *locus* privilegiado para o estudo dos processos de resistência, organizados pelos agricultores/as familiares frente à expansão mundial do capital, e os consequentes processos geradores de invisibilidade e ausência de seus saberes (SANTOS, 2006) que, constantemente, os classifica como improdutivos e atrasados.

1.2 Sindicalismo rural na Zona da Mata e em Espera Feliz

1.2.1 Antecedentes

José Carlos Ribeiro (2006) aponta que a origem do sindicalismo rural no Brasil – ou como alguns pesquisadores nomeiam: Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR) – inicia-se em 1858 com as sociedades de socorro, quando trabalhadores se uniram para auxiliar outros trabalhadores que estavam passando por dificuldades, isto é, para o autor, a gênese do sindicalismo rural começa bem antes da sua formalização, quando os trabalhadores concretizaram, pela primeira vez, “(...) uma ação coletiva na perspectiva de caminhar para um processo de mudança” (FELICIANO, 2006). No plano legal, desde 1903 se inscrevem na história do país tentativas de organização sindical do trabalhador rural.

Todavia, as Ligas Camponesas, formadas entre os anos de 1945 e 1947, são as pioneiras na organização dos trabalhadores rurais²⁴. As Ligas Camponesas colocaram em xeque a “ordem” institucional no período anterior à ditadura militar, aproveitando-se de todos os canais legais existentes para encaminhar suas lutas em defesa da reforma agrária. Esse contexto abriu espaço para discussões e disputas políticas em torno destas lutas. Um

²³ Trata-se do fenômeno em que os agricultores combinam atividades agrícolas com atividades consideradas não-agrícolas, o que permite ao pequeno produtor rural manter-se em sua unidade familiar e exercer, concomitantemente, outra atividade, seja no meio rural ou no meio urbano, com o objetivo de geração de rendas (FUNK et al, 2006).

²⁴ A categoria de trabalhadores rurais abrange, segundo o sistema sindical vigente, os trabalhadores assalariados rurais; os aposentados rurais; os agricultores familiares; os diaristas que trabalham no campo e os trabalhadores parceiros agrícolas.

amplo conjunto de movimentos, como associações criadas e dirigidas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), depois de abandonarem as Ligas, bem como a União do Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), a Ação Popular (AP), a ala da Igreja que se expressava no sindicalismo cristão de Pernambuco e Rio Grande do Norte e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) participaram dessas discussões e disputas.

Na década de 1960, em resposta ao constante avanço das relações capitalistas no campo e do processo de industrialização do mesmo, surgiram organizações trabalhistas sindicais que, além da luta pela conquista do direito do trabalho, clamava pelo acesso a terra. É nesse quadro de enfrentamento que o Estado institucionaliza a sindicalização, fazendo com que crescesse rapidamente o número de sindicatos que entre 1962 e 1963 chegou a atingir 800 entidades e cerca de 500.000 camponeses organizados em Ligas em 10 estados.

Em meio a esse emaranhado de sindicatos, em 1963, com o intuito de unificar as lutas dos trabalhadores do campo e da cidade, as Ligas Camponesas e os STRs fundam a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) – que como traz Antônio Thomaz Júnior (1998), foi, anos depois, hegemonicamente vista pelas próprias lideranças contaguianas como “(...) a única possibilidade de integração do MSTR e o ponto de confluência de sindicatos fundados a partir de diferentes atores e propostas políticas” (JÚNIOR, 1998, n.p.).

Às vésperas do golpe de 1964, o número de sindicatos chegava a 1.200 e 42 federações. Em 1964, ocorre o golpe militar que instaura uma ditadura no Brasil, que durará até 1985, e silencia – ou tenta silenciar – todos os movimentos, caçando os direitos dos trabalhadores rurais e inviabilizando a Reforma Agrária. Entretanto, mesmo nesse período o MSTR continuou lutando pelos direitos e combatendo as injustiças sociais.

Em 1965, o regime militar unifica todas as categorias numa única forma organizativa: O Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), sendo que a nível estadual, criava-se a Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura (FETAG's), agrupando-se diversos seguimentos de trabalhadores (unificados sob a mesma categoria), como se o STR fosse um imenso “guarda-chuva” chegando, em algumas localidades, a ter nos seus quadros, pescadores e, em muitos casos, patrões e empregados, ainda que, como se sabe, esses trabalhadores muitas vezes tivessem interesses diferentes. A CONTAG, nesse período, atestando ser essa a única forma de integrar o MSTR com os outros sindicatos

fundados a partir de diferentes atores e propostas políticas, segue, reproduz e defende essa determinação.

Como argumenta Silva e Dias (2009, p.5):

(...) Com essa medida, o “sindicalismo de Estado” se difunde nos espaços rurais. Os sindicatos passam a uma posição de subserviência estatal, assumindo geralmente caráter assistencialista. Um dos instrumentos para esse controle foi a criação do Fundo de Assistência do Trabalhador Rural (FUNRURAL), que estabelecia condições institucionais para que o sindicato assumisse funções de assistência sanitária e previdenciária.

Segundo a crítica de Júnior (1998, n.p.), “a CONTAG desde sua criação (...) esqueceu-se rapidamente dos debates e questões políticas tático-estratégicas que anunciavam o socialismo, fundamentalmente no que tange à questão da terra e à reforma agrária”.

O “racha” entre o velho sindicalismo (burocrático, corporativo, submisso ao Estado) e o novo (combativo, enraizado na luta por Reforma Agrária) se deu, de fato, após o cancelamento, pela CONTAG, do Plano Nacional de Reforma Agrária, de meados dos anos 80, que, tendo já em vista as consequências catastróficas devido à “modernização” da agricultura brasileira, como, por exemplo, a expulsão de cerca de 16 milhões de pessoas de suas terras, (JÚNIOR, 1998, n.p.), joga de vez “na lata de lixo as referências táticas dos anos 60, bem como ‘tratora’ as propostas que as ‘diferentes categorias de trabalhadores rurais estão tentando construir através de suas mobilizações”.

O monopólio sindical estava com seus dias contados. Como explica Júnior (1998, n.p.):

... Polemizando a hegemonia do “modelo” sindical oficial e acirrando as disputas políticas em torno da estrutura organizativa e das bases representativas, estava em “xeque” o monopólio do sindicalismo na condução das lutas do campo (JÚNIOR, 1998, n.p.).

Surge, nesse contexto, novas formas de organização, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), os posseiros no Pará, além da presença marcante de militantes de diferentes filiações ideológicas abrigados em Organizações Não Governamentais (ONGs), sobretudo, ligados à Igreja Católica, destacando-se a partir de 1975 a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

É nesse momento também, especificamente no dia 28 de agosto de 1983 na cidade de São Bernardo do Campo, que foi fundada a Central Única dos Trabalhadores (CUT),

que surgiu como consequência de lutas, liderada pelas direções sindicais, contrárias ao sindicalismo oficial corporativo, há muito estagnado. É nesse cenário, pautado pelo novo sindicalismo combativo, que se insere a luta sindical rural na Zona da Mata.

1.2.2 O sindicalismo rural na Zona da Mata

Quando se pensa o sindicalismo rural na Zona da Mata mineira, pra além da sua inserção no contexto brasileiro mencionado acima, é inescapável, que se descreva a relação que esse processo possui com os desdobramentos pastorais que se viu da Igreja Católica pós-Concílio Vaticano II na região, especialmente com o surgimento na década de 1960 do Movimento da Boa Nova (Mobon), que com seu modelo pastoral – baseado, sobretudo, na centralidade das Escrituras, na valorização do leigo e na descentralização da estrutura paroquial – contribuiu para o desenvolvimento de pequenas comunidades e lideranças comunitárias religiosas (OLIVEIRA, 2012).

O Mobon, surgido “das cinzas” do Movimento de Apostolado dos Pioneiros do Evangelho (MAPE)²⁵, tem sua origem centrada na Diocese de Caratinga, a partir do trabalho de dois missionários da Congregação dos Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora, Alípio Jacinto da Costa e João da Silva Resende (personagem central em umas das reuniões que analisaremos aqui) e foi sediado em Manhumirim-MG. Posteriormente se expandindo para a região da Diocese de Leopoldina, na Zona da Mata mineira (OLIVEIRA, 2012). Como escreve Pe. José Estevam de Paiva em prefácio para o livro “O Movimento da Boa Nova” de Ricardo Torri de Araújo (1999, p.13):

Este modelo desenvolve um projeto de evangelização de maneira simples e contando com recursos de base. (...). É o método do *Movimento da Boa Nova*, que organiza a vida cristã em encontros de reflexão, cursos de base e de aprofundamento [os cursos de pré-Boa nova e Boa Nova], permeando as comunidades. É a Bíblia lida, em reflexão, oração e ação.

Esse tipo de socialização *nas* práticas religiosas possibilitou aos agentes – a maioria deles, trabalhadores rurais e/ou proprietários de pequenas quantidades de terras, pessoas com baixa escolaridade e forte formação familiar católica (OLIVEIRA, 2012) – uma forma diferente de pensar levando ao fim desse processo à constituição de uma cultura política engajada, comprometida com a justiça social. Como detalha Oliveira (2012, p.15):

²⁵ Segundo Oliveira (2012), o MAPE, teve uma destaca atuação no período que vai da década de 1940 até meados de 1960. O objetivo deste movimento era combater o crescimento das igrejas protestantes, capacitando os leigos para maior conhecimento da Bíblia para poderem “vencer” os protestantes em discussões sobre religião, baseados principalmente em torno de argumento bíblicos. À época, m Manhumirim, onde havia um forte embate entre grupos católicos e protestantes foi onde o movimento obteve maior sucesso.

Mesmo com o propósito de que as pessoas fizessem leituras bíblicas, orações e dessem maior valorização aos sacramentos católicos, como batizado e casamento, promovia-se a agregação de pessoas em propósitos comuns como: arrecadação de dinheiro e trabalho coletivo para a construção da capela, união de grupos para consertar uma estrada e ajudar um vizinho, organização de cursos e viagens etc. Isso potencializava a realização de projetos no campo político. Mesmo em cursos religiosos anteriores a 1975, quando não estava evidenciada participação política do Mobon, promovia-se habilidades de argumentação e convencimento do outro. Ainda que não intencionalmente, a aquisição dessas habilidades foi fundamental para que os agentes sociais atuassem de forma ativa e bem sucedida no campo político.

Dito de outra maneira, as relações históricas de exploração entre fazendeiros e trabalhadores rurais na região que se davam (e ainda se dão) em torno da dependência para obtenção das terras e sob a “lógica do favor” são colocadas em questão nos grupos de reflexão comunitários (CINTRÃO, 1996). Como demonstra Silva (2010, p.37 citando CINTRÃO, 1996):

(...) se faziam aproximações das leituras bíblicas com os problemas enfrentados no cotidiano, dentre eles as relações entre fazendeiros e trabalhadores rurais. Através dos encontros das CEBs, os trabalhadores foram incorporando uma dinâmica de reuniões, discutindo de forma orientada os seus problemas.

Em suma, como explica Oliveira (2012, p.15), “o engajamento político foi um desdobramento da organização das comunidades católicas”. Isto é, tendo à frente uma realidade tão gritante de exploração, a “nova” Igreja Católica pós-Concílio Vaticano II, por meio das do Mobon, se insere neste contexto, entre meados da década de 1980 e meados da década de 1990, como motor de libertação e desenvolvimento (CAMPOS, s.d.) na Zona da Mata, consoante a nova proposta de ser Igreja, sobretudo, comungando da “espiritualidade libertadora”, que encontra na palavra de Deus a orientação para transformar as realidades sócio-políticas e econômica²⁶ e cumprindo o papel de importante articuladora, dentro das comunidades rurais, para o surgimento dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (ARAÚJO, 1999; CAMPOS, 2006; OLIVEIRA & ROTHMAN, 2008; OLIVEIRA, 2008; OLIVEIRA, 2010; OLIVEIRA, 2012; SILVA, 2010; GOMES & ANDRADE, 2011; VILLAR, 2014; COMERFORD, 2003; COMERFORD et. al, 2015).

²⁶ Como demonstra Silva (2010, p.37 citando CINTRÃO, 1996), nesses grupos de reflexão comunitários “(...) se faziam aproximações das leituras bíblicas com os problemas enfrentados no cotidiano, dentre eles as relações entre fazendeiros e trabalhadores rurais. Através dos encontros das CEBs, os trabalhadores foram incorporando uma dinâmica de reuniões, discutindo de forma orientada os seus problemas”.

Logo, uma região que contava com poucas organizações camponesas quando comparada à região nordeste do país, berço das Ligas Camponesas, vê surgir, no início da década de 1980, sindicatos pautados no novo sindicalismo combativo, distantes do assistencialismo resultante do FUNRURAL, com marcado caráter reivindicativo, democrático e com ampla participação dos trabalhadores rurais, principalmente os que trabalhavam de meeiros, e que passaram a reivindicar seus Direitos; a garantia de condições dignas de trabalho; de acesso a terra; de produção de alimentos de qualidade, sem o uso de agrotóxico²⁷, e o suficiente escoamento da produção. Assim, foram fundados na região 15 sindicatos de trabalhadores rurais assessorados pela CUT e pela CPT.

Desde então, como descreve Villar (2014, p.22), “a participação e articulação locais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais demonstram o caráter resistente e visionário desse povo”. Tendo em vista as singularidades de cada município, o, atualmente nomeado, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura Familiar (Sintraf) de Espera Feliz, que abordaremos a seguir, encontra-se nesse contexto.

1.2.3 O sindicalismo rural em Espera Feliz

Como evidenciado anteriormente, como em outros municípios da Zona da Mata mineira em que se formaram STRs, a base-social que possibilitou a gênese do sindicato em Espera Feliz foi a mesma, *i.e.*, uma base formada a partir das pequenas comunidades religiosas originadas da atuação do Mobon. Antes da formação do sindicato, os trabalhadores e trabalhadoras, discutiam e refletiam sobre seus problemas nos grupos de reflexão e nos cursinhos de base, realizados na sede da própria comunidade. Aqueles/as que se destacavam nessa caminhada, as lideranças locais, eram então encaminhados/as para os cursinhos de aprofundamento ministrados por religiosos ou missionários consagrados na sede do Seminário de Espera Feliz. A foto abaixo é ilustrativa desse momento.

²⁷ Desde o início, as organizações que se formaram a partir da CEBs, pautadas pelos questionamentos aprofundados sobre os impactos sociais da Revolução Verde – que possuem origem contemporânea ao surgimento do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) ligada a Rede-PTA, criada em 1987 por algumas lideranças sindicais, agricultores/as familiares e profissionais das ciências agrárias, e que ajudou a difundir na região o “pacotinho” alternativo CCCC (caldas, composto, cobertura morta e curva de nível) – combatiam o uso de agrotóxicos e discutiam e procuravam implementar um conjunto de técnicas alternativas (VILLAR et al, 2013).



Formação Mobon - Seminário Espera Feliz. Foto: Acervo Sintraf-Espera Feliz.

Como lembrou um dos participantes na reunião de Planejamento, sobre os cursos de aprofundamento daquela época:

(...) [era] uma semana refletindo sobre os problemas sociais (...). Eu mesmo, já teve época... que a gente arrumava problema dentro de casa, com o pai. A gente saía na quinta-feira... chegava [no Seminário] na... quinta-feira às 9 horas da manhã e ia embora [no domingo]... o bicho pegava.

Todo esse processo de socialização religiosa fundamentada na Teologia da Libertação, entre tantos desdobramentos possíveis, mobilizou um significativo grupo de católicos para a promoção da justiça social e econômica, e desembocou na fundação do STR de Espera Feliz (SILVA, 2010). Fundado por um grupo de trabalhadores e trabalhadoras rurais, em uma assembleia de constituição que reuniu 800 trabalhadores/as, no dia 25 de outubro de 1986, pode-se dizer, como colocou Comerford (2003 citado por OLIVEIRA, 2012) que o sindicato nasceu sob a justificativa de ser um “desejo divino”.

Os trabalhadores/as o fizeram desafiando os interesses de alguns proprietários de terras que não queriam a presença de um sindicato atuante no município. Como conta Villar (2014, p.22):

Em Espera Feliz, a organização sindical não era vista com bons olhos pelos fazendeiros, que coíbiavam a participação dos agricultores. Isto porque o surgimento do sindicato desafiava a estrutura de poder vigente. Ao questionar as relações de poder e dominação existentes as lideranças políticas assim como aqueles que se associavam ao sindicato eram perseguidas de diversas formas.



Assembleia de constituição do STR de Espera Feliz
Foto: Acervo do Sintraf-Espera Feliz

Tomando como fundamento a base social imersa no “Projeto de Deus”, algumas pessoas ligadas à Igreja Católica tiveram um papel importante nessa história, como é o caso do Padre Jésus²⁸, do Padre Santana, do Frei Arruda, entre outros. Outro ponto importante para a reflexão em torno da luta dos/as trabalhadores/as rurais foram os debates – também vinculados ao Mobon, como mais um de seus desdobramentos – em torno da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) no município, promovidos pelo mesmo grupo responsável por fundar o sindicato²⁹.

O sindicalismo local, assim como o desenvolvido em outros municípios da região da Mata mineira, desde seu início estabeleceu questionamentos sobre os impactos sociais da Revolução Verde e buscou alternativas ao uso do agrotóxico, pautando a agricultura alternativa (atualmente definida como Agroecologia) como bandeira de luta.

Para instrumentalizar as lideranças que estavam à frente do movimento o grupo se aproximou do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM),

²⁸ O nome do religioso ligado aos Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora dá nome ao assentamento adquirido por agricultores e agricultoras familiares ligados ao sindicato, através do acesso ao Programa Nacional de Crédito Fundiário, vinculado ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) do Governo Federal. Para detalhes da constituição desse território, uma verdadeira história de luta por terra, autonomia e desafio ao poder dos proprietários de terra na região, cf. VILLAR, Juliana Padula. *Práticas e saberes pela Agroecologia no Assentamento Padre Jésus em Espera Feliz – MG*. 2014. 92f. Dissertação (mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande. 2014.

²⁹ Para entender, nos detalhes, como a sociabilidade e a religiosidade promovidas pelo Mobon influenciaram seus agentes a se engajarem na militância sindical e político-partidária, cf. OLIVEIRA, 2012.

Organização Não Governamental (ONG) ligada à Rede-PTA fundada, um ano depois da fundação do STR de Espera Feliz, por algumas lideranças sindicais, agricultores/as familiares e profissionais das ciências agrárias. A ONG, a partir de pesquisas realizadas na Universidade Federal de Viçosa (UFV), da valorização do conhecimento dos/as agricultores/as envolvidos/as, e da difusão na região do “pacotinho” alternativo CCCC (caldas, composto, cobertura morta e curva de nível) (VILLAR et al, 2013)³⁰, começa a propor alternativas ao não uso de agrotóxicos.

Este movimento em prol de uma agricultura alternativa, na década de 1990, desenvolveu diversas atividades no município, desde atividades nas propriedades a atos públicos na cidade. Diversas manifestações aconteceram no Ginásio Poliesportivo em Espera Feliz. Denominadas “Em Defesa da Vida e do Meio Ambiente”, elas tinham o seguinte slogan “Diga não para os agrotóxicos e sim para a Vida”.



Manifestação em Defesa da Vida e do Meio Ambiente “Diga Não aos Agrotóxicos e Sim Para a Vida” (1998)
Foto: Acervo do Sintraf-Espera Feliz

³⁰ Na região, arrisco dizer que a agricultura alternativa se desenvolveu orientada por uma mistura das linhas político-ideológica e social, que, como aponta Villar et al. (2013, p.29 citando LUZZI, 2007, p.29), possui as seguintes características: “c) a linha político-ideológica, composta pela esquerda militante, majoritariamente por filiados ao Partido dos Trabalhadores e por participantes da FAEAB e da FEAB. Faziam parte desse grupo muitos profissionais que ocupavam cargos públicos importantes, promoviam um debate crítico em relação à agricultura convencional, defendiam a agricultura alternativa, influenciavam a formulação de políticas públicas e buscavam ainda atrair os estudantes ao incentivar a criação de grupos de agricultura alternativa dentro dos cursos de Agronomia com o intuito de formar quadros profissionais diferenciados para atuar, especialmente, mas não unicamente, nas ONGs e movimentos sociais rurais; e d) a linha social, representada pela articulação em torno do PTA da Fase, que atuava no fortalecimento da parceria com os movimentos sociais rurais e no trabalho de identificação, sistematização e difusão de tecnologias alternativas, no qual os agricultores eram considerados como sujeitos de mudança, e o conhecimento popular era valorizado”. Para detalhes sobre as demais vertentes da agricultura alternativa, a saber: a) a linha radical e b) a linha orgânica ou ecológica (ou técnica), cf. VILLAR et al., 2013, p.28-29 (na versão e-book).

O STR de Espera Feliz possui, baseando-se em sua atuação, dois contextos históricos distintos. Em seu início, houve uma primeira fase em razão de combater a exploração dos patrões perante os boias-frias, portanto, pautando a defesa de Direitos, e, num segundo momento, a partir de meados da década de 1990, uma segunda fase em que a agricultura familiar foi inserida nas ações do sindicato, que, com conseqüente filiação na Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de Minas Gerais (FETRAF-MG), passou a ser denominado de Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Sintraf).

Como detalhadamente explica Silva (2010. p. 39):

O primeiro contexto, iniciado em 1986, com a fundação do STR, refere-se à resposta à exploração, ou seja, o surgimento do sindicato como forma de conter a exploração dos patrões frente aos boias frias e de resguardar, a estes, os direitos trabalhistas. O segundo diz respeito à inserção da agricultura familiar nas ações do sindicato, provocando mudanças na sua atuação, e o surgimento de outras organizações em um contexto de políticas públicas com agenda específica, relacionado a questões de organização econômica na agricultura familiar. Seu início é datado a partir da metade da década de 1990, mesmo período em que a agricultura familiar emerge enquanto agenda de políticas públicas.

E cada uma dessas etapas da história do sindicalismo local foi marcada por valores, lógicas de atuação e características distintas. Continua Silva (2010, p.39; 42), em uma espécie de síntese do que marcou cada um desses momentos:

A primeira fase foi marcada pelos trabalhos das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), que se propunha a formar lideranças com uma orientação mais atuante frente aos conflitos que permeavam as relações agrárias no Brasil. (...). Na década de 1980 a atuação do STR de Espera Feliz estava a orientada em resguardar os direitos trabalhistas, bem como ao atendimento previdenciário dos trabalhadores. (...). O segundo contexto teve início a partir de agendas de atuação vinculadas a questões produtivas e econômicas da agricultura familiar e ao acesso a políticas públicas de desenvolvimento rural. [Em que se] (...) assumiu, gradativamente, um projeto alternativo de desenvolvimento rural, “ancorados na expansão e fortalecimento da agricultura familiar”. (...). Essas mudanças conjunturais refletiram na atuação do STR de Espera Feliz, sendo inseridas em seus trabalhos questões produtivas, de comercialização, do crédito, mais especificamente para atender a demandas apresentadas pela agricultura familiar do município³¹.

Portanto, desde a constituição do sindicato, em que ambas as fases mencionadas ressoam sobre a trajetória da organização, desencadeou-se um processo de organização

³¹ Para maior detalhamento sobre o desenvolvimento histórico do sindicato, cf. SILVA, 2010. Especificamente, o capítulo “A constituição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Espera Feliz a partir da visão de suas lideranças” (p.37-82), a espinha dorsal do trabalho do autor.

para a mudança que se mantém em curso até os dias atuais. Como escreve Cunha e Silva (2016, p.155), no município:

Chama a atenção a significativa mobilização e dedicação de organizações voltadas para a agricultura familiar, envolvendo questões trabalhistas, crédito, comercialização, gênero, saúde e cultura, onde trabalham juntos na busca de melhores condições de vida no campo.

Como demonstra Silva (2010), durante sua trajetória, o sindicato fez emergir uma série de outras organizações ligadas à agricultura familiar camponesa, quais sejam: a Associação Intermunicipal da Agricultura Familiar (ASIMAF), a Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar (COOFELIZ), a Cooperativa de Crédito Solidária (ECOSOL)³² e Associação Intermunicipal Naturalista dos Terapeutas Popular de Espera Feliz, Caiana, Caparaó e Alto Caparaó/MG (TERAVIDA).

Atualmente, o Sintraf possui uma diretoria composta por 22 pessoas que atua através de comissões, quais sejam: Coordenação Geral (virtualmente dividida em: Financeiro/Infraestrutura e Funcionamento/Atendimento); Comissão de Formação; Comissão de Juventude; Comissão de Agricultura; Comissão de Mulheres, e Questões Previdenciárias. A organização possui aproximadamente 5.850 associados. Deste total, 2.684 são associados inativos – *i.e.*, aqueles que não têm participado direta ou indiretamente das atividades desenvolvidas pelo sindicato. Dentre os associados, 1479 são homens, 1205 são mulheres, 243 são jovens e 566 são aposentados³³.

As atividades desenvolvidas pelo Sintraf são múltiplas. A organização presta serviços relacionados à previdência social; trabalhos desenvolvidos com a juventude³⁴; com as mulheres; executa, informa e/ou fomenta a execução de políticas públicas de desenvolvimento rural (Habitação Rural, Crédito Rural, PRONAF, etc.)³⁵ e apoia à comercialização junto à COOFELIZ³⁶ e o fortalecimento da Agroecologia.

³² Atualmente ligada à “rede” de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL), que possui sua central em Chapecó – SC e possui 43 cooperativas singulares afiliadas, 139 Postos de Atendimento (PA's) e 6 Bases Regionais de Serviços (Fonte: <http://www.cresolcentral.com.br>).

³³ Dados disponibilizados por um sócio do sindicato que presta serviços de contabilidade para a organização, na reunião de Planejamento deste ano, realizada nos dias 10 e 11 de janeiro de 2017.

³⁴ Como Escolinha Sindical e o Cursinho Pré-Enem de Educação Popular do Campo, mais conhecido como Tecendo Sonhos.

³⁵ Cf. SILVA, Marcio Gomes da. et. al. Relações e estratégias de (des)envolvimento rural: políticas públicas, agricultura familiar e dinâmicas locais no município de Espera Feliz (MG). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba-SP, vol.52, n.2, p.229-248, Abr./Jun. 2014.

³⁶ Cf. SILVA, Marcio Gomes da Silva e AMORIM JUNIOR, Paulo César Gomes. Inovações organizacionais para a construção de mercados locais e solidários em Espera Feliz (MG). *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*, Rio de Janeiro, vol.10, n.2, p.14-17, jun.2013; Cf. também CUNHA, Wellington Alvim da & SILVA, Edson Arlindo. Inovações institucionais na oferta de alimentos da agricultura familiar para o

É nesse contexto atual que se insere a pesquisa sobre quais eixos-articuladores orientam a ação política de agricultoras e agricultores familiares ligados ao sindicato, cuja análise desenvolver-se-á no próximo capítulo.



Sintraf hoje – Reunião Planejamento, janeiro de 2017. Foto: CTA-ZM

2. COMBATE AO MAL³⁷ – DAS REUNIÕES RELIGIOSAS À ORGANIZAÇÃO POLÍTICA: OS EIXOS-ARTICULADORES DA PRÁTICA POLÍTICA DO SINTRAF

2.1 Preâmbulo

*A revolução verde/Nasceu e reside/Nas almas/Que
querem/Pintar o mundo/De cinza.*

AMAURI ADOLFO

O campesinato pode se expressar de diversas maneiras ao redor do mundo (PLOEG, 2008). No Brasil, como demonstra alguns autores (WANDERLEY, 2006, 2009; FERRARI, 2010; PLOEG, 2014), o campesinato³⁸ se apresenta sob a forma da agricultura familiar, conceito que abrange distintos saberes-fazeres tradicionais³⁹; um conjunto de características comuns⁴⁰ e filia-se tanto ao registro das lutas para se conseguir espaço na

³⁷ O mal aqui se refere à realidade concreta, à injustiça e ao sofrimento, cuja solução se encontra na escolha do bem, isto é, na saída do eu (individualismo, o Pecado Original) para o outro (Deus, que se expressa na vida em comunidade), uma vez que, “Pelo Batismo não lutamos sozinhos, pois somos unidos a Igreja, a Cristo e aos irmãos”. Lição extraída das anotações do Curso de Formação de Bíblia acontecido de 18 a 24 de 1973 em Curumirim do “Caderno de Dona Nora” – importante documento, que tem registrado em suas páginas anotações sobre as dinâmicas desenvolvidas nos cursos do Mobon, o conteúdo das atividades de evangelização, missais, trechos de evangelhos, folhetos de cantos, orações e cartilhas, utilizados como materiais de apoio às aulas ministradas. In: Caderno 1, p.33-37, disponível em: <http://nmspp.net.br/dona_cora/caderno1/>. Acesso em: 14 mar. 2017.

³⁸ Sobre a origem do campesinato brasileiro, escreve Villar (2014, p.31 citando PAULINO, 2003, p.26) que o mesmo se origina da combinação “(...) de índios que assistiram o banimento de suas formas de organização comunal, negros escravizados e extirpados de suas raízes unidos a uma parcela de europeus excluídos do ‘pacto de acumulação’ de terras instaurado no Brasil (...) fundando sua identidade em torno da luta pela libertação da sua subordinação determinada pelo controle privilegiado da terra”.

³⁹ Esses saberes são transmitidos através do trabalho em família na unidade produtiva (VILLAR, 2014; WANDERLEY, 2009). Como escreve Villar (2014, p.65), “É unânime entre as famílias, o aprendizado na agricultura é obtido ao longo da vida, através da prática cotidiana, da vivência na terra, da observação do trabalho da família”. Complementa Wanderley (2009, p.60), “(...) para enfrentar o presente e preparar o futuro, o agricultor camponês recorre ao passado, que lhe permite construir um saber tradicional, transmissível aos filhos”. Vale ainda ressaltar que, tendo em vista a vasta extensão territorial do país, esta diversidade de saberes-fazeres está estritamente relacionada às diferentes situações em que se estabelece a lavoura camponesa (como demonstra os trabalhos de WOORTMANN E WOORTMANN, 1997 e VILLAR, 2014).

⁴⁰ A lei 11.326/2006 define, de acordo com o Estado, as características da Agricultura Familiar, todavia, é Ploeg (2014) que fornece uma caracterização adequada à discussão que desenvolve neste trabalho. Segundo o autor, a Agricultura Familiar é um fenômeno complexo e multidimensional que possui dez características, a saber: a) a agricultura familiar tem o controle sobre os principais recursos que utiliza em seu estabelecimento; b) O estabelecimento familiar é onde a família investe a maior parte de sua força de trabalho; c) O estabelecimento satisfaz múltiplas necessidades da família e o nexos entre a família e o estabelecimento é central nas decisões relacionadas ao desenvolvimento do próprio estabelecimento; d) os estabelecimentos familiares proporcionam à família agricultora uma parte – ou a totalidade – de sua renda e dos alimentos consumidos; e) o estabelecimento familiar não é só um lugar de produção, mas também é um *espaço de vida* (WANDERLEY, 2009); f) a agricultura familiar é parte de um fluxo que une passado, presente e futuro, ou seja, cada estabelecimento familiar possui uma história repleta de memórias; g) o estabelecimento familiar é o local onde as experiências são acumuladas; h) o estabelecimento familiar é um lugar onde se vivencia e se preserva a cultura; i) a família e o estabelecimento são também artes integrantes da economia rural, ou seja, estão vinculados à localidade e são portadores dos códigos culturais da comunidade à qual pertencem e j) o estabelecimento familiar faz parte da paisagem rural.

economia, quanto para se conseguir espaço na sociedade (WANDERLEY, 2009). Para melhor enquadramento, tomaremos para definir o campesinato brasileiro como já mencionado, o conceito de agricultura familiar camponesa (FERRARI, 2010).

Para que se entenda o caráter resistente inerente à trajetória de lutas do Sintraf de Espera Feliz e os eixos-articuladores desenvolvidos (e que orientam a caminhada) nesse caminho, antes, para além do que já foi apresentado, é necessário conectar as dimensões regional e local à dimensão global, *i.e.*, compreender, num sentido mais amplo, com que realidade estes atores mantêm uma relação dialética. Nesse sentido, pode-se dizer que a dimensão local se insere num contexto de expansão mundial do capital (FEATHERSTONE, 1994).

No que se refere à agricultura (mas, não só a ela)⁴¹, essa expansão se expressa sob a lógica dos Impérios Alimentares (PLOEG, 2008), um processo acentuadamente centralizado que procura inculcar em toda parte um

(...) modo de ordenamento que tende a tornar-se dominante. (...) uma gramática ou um conjunto de regras compreendidas no complexo coerente de conhecimentos científicos, práticas de engenharia, tecnologias do processo produtivo, características de produtos, [interesses empresariais, ciclos de planejamento e controle, engenharia financeira, modelos de expansão e] formas de definir problemas – todas elas integradas em instituições e infra-estruturas (PLOEG, 2008, p.20).

Como aponta o autor (2008), “Onde quer que se encontre, o campesinato está acentuadamente enfrentando três tendências extremamente destrutivas” (p.286) geradas por essas distintas expressões do Império, quais sejam: (i) processos de desintegração⁴²; (ii) precariedade generalizada no setor agrícola e (iii) processos de redundância⁴³. Esses processos predatórios geram marginalidade e produzem como ausente o modo de vida e os saberes (SANTOS, 2006) ligados a esses agricultores familiares camponeses.

⁴¹ Aqui no referimos à agricultura mais didaticamente, para podermos fazer referência direta dos efeitos devastadores para a agricultura familiar camponesa que nos referimos aqui, todavia, como a explica Ploeg (2008, p.287), “Devido à centralidade do controle – possibilitado por novas tecnologias de planejamento e monitoramento – o Império como modo de ordenamento tende a ser onipresente e universal: ele se estende por muitos domínios da vida social e da vida natural e introduz formas de controle que afetam praticamente todos os lugares. O Império penetra nos mais íntimos detalhes do mundo social e do mundo natural (afetando até a forma como os ramos de amoras silvestres crescem)”.

⁴² São exemplos destes processos de desintegração “o bloqueio de acesso a linhas de crédito, a usurpação da água, a eliminação abrupta de saídas de mercado através da introdução de imitações de produtos, a destruição de instituições importantes, tais como a propriedade comunal de terras e os acordos de arrendamento rural, e a imposição de esquemas regulatórios que impedem o desenvolvimento continuado de formas equilibradas de co-produção” (PLOEG, 2008, p.286-287).

⁴³ Como explica o autor, “através da apropriação de recursos – terras, material genético, água, saídas de mercado – o Império causa, frequentemente, novos circuitos paralelos para a produção de mercadorias específicas” (*idem*, p.287).

Dito isso, pode-se dizer que, na Zona da Mata – “por meio da criação de novas respostas, as quais diferem claramente das prescrições e da lógica do Império” (PLOEG, 2008, p.7), conforme apresenta Ferrari (2010), existe uma diversidade de tipos de agriculturas, que ora se ancoram na agricultura familiar camponesa, ora se aproxima da agricultura industrial.

Enfim, nessa região, a agroecologia⁴⁴ e o agronegócio⁴⁵, dialeticamente, disputam espaço físico, político e ideológico como expressão de projetos opostos para o mundo rural. É neste contexto que se localizam as situações observadas no âmbito do sindicato de Espera Feliz que serão analisadas a seguir.

2.2 Eixos-articuladores da prática política do Sindicalismo Rural em Espera Feliz

Consumo/Somos o sumo/O que sobrou do/Macerado
que a/Sociedade criou./Com sumo/Vamos curar/ Esta
ferida/Social.

AMAURI ADOLFO

Tanto já foi dito, mas uma pergunta ressoa aos ouvidos: quais valores compõem o princípio ético-político que orienta as ações do Sintraf?

Primeiro, esse princípio ético-político se constrói, como demonstra Comerford (1999), pela experiência, sobretudo, na experiência proporcionada no contato com modalidades “institucionais” de relação, tais como, reuniões na comunidade e reuniões do sindicato⁴⁶. Nesses espaços que os atores experimentam a política, isso porque uma reunião é um “momento fundamental de *participação*, de *democracia* e de *organização* (...) e ainda um espaço para *aprendizado* e para *conscientização* através da discussão participativa, reflexiva e livre” (COMERFORD, 1999, p.48).

⁴⁴ Agroecologia como ciência, movimento e prática (VILLAR, 2013), sobretudo, incorporando o caráter humano da Agroecologia, cumprindo os ditames da sustentabilidade ecológica (manutenção ou melhoria da qualidade dos recursos naturais e das relações ecológicas de cada ecossistema), econômica (potencial de geração de renda e acesso ao mercado), social (incluso das populações mais pobres e segurança alimentar), cultural (respeito às culturas tradicionais), política (organização para mudança e participação nas decisões) e ética (valores morais transcendentes) (CAPORAL, 2004).

⁴⁵ Termo, a princípio, utilizado definir a agricultura industrial de alto rendimento, possui também caráter e simbologia política. Atualmente, ao ser utilizado no âmbito dos movimentos sociais do campo, refere-se a uma crítica à concentração fundiária e a matriz produtiva da agricultura industrial capitalista.

⁴⁶ Tais encontros são “modulações, composições ou intensificações de formas agonísticas de sociabilidade, produtoras de entidades coletivas concebidas como *família* e como *córregos*, e que estão sempre em processo de fazer-se e refazer-se” (COMERFORD et. al, 2015, p.35). Neste tipo de encontro, envolve-se com “sistemáticas pastorais, regras legais, categorias estatais, funcionários e agências do estado, documentos escritos, práticas militantes, por um lado, e as formas que chamei de ‘agonísticas’ familiares, pessoais e domésticas, por outro se pressupõe mutuamente e se compõem” (*idem*, p.37).

Por meio das reuniões, uma das formas pela qual se toma contato com o movimento sindical rural, os atores, geralmente lideranças comunitárias, constroem uma identidade pedagógica (ARROYO, 2003). As reuniões, tomando como base a educação em sua dimensão ampliada (RIBEIRO, 2002; ARROYO, 2003), podem ser tomadas como espaços de aprendizagem e conscientização (COMERFORD, 1999; GOHN, 2011), *i.e.*, são ações educativas, em que os atores sociais envolvidos desenvolvem um tipo específico de Cultura Política.

Carregada de um sentido moral significativamente religioso, uma vez que a maior parte das lideranças sindicais são (ou foram em algum momento) também lideranças religiosas em suas comunidades, sendo o engajamento sindical uma consequência do engajamento religioso (OLIVEIRA, 2012), essa Cultura Política mantém consonância com o que Barboza Filho (2010) chama de linguagem dos afetos⁴⁷, *i.e.*, ela apenas pode ser acessada *nas* relações sociais. Com isso, se quer dizer que, as representações que trataremos em nossa análise, referem-se àquelas construídas pelos atores (lideranças) envolvidos diretamente nas reuniões e demais ações do Sintraf e não representa o que pensam os atores de toda a zona rural de Espera Feliz e, mesmo de todos os/as agricultores/as sindicalizados/as. Para podermos operar uma generalização desse tipo, um investimento antropológico mais profundo precisaria ter sido realizado.

Feita a ressalva, segundo Ribeiro (2002), os partícipes dos movimentos sociais entram em contato com outro tipo de cidadania que se contrapõe à cidadania liberal, trata-se da cidadania ativa, aquela em que os cidadãos tomam consciência dos seus direitos e participam efetivamente das decisões políticas que os afetam.

Os agricultores e agricultoras, em contato com as reuniões e demais espaços de formação promovidos pelo sindicato se deparam com diversas aprendizagens (GOHN, 2011)⁴⁸, dentre as quais, destacam-se: como funcionam os órgãos governamentais, as leis,

⁴⁷ Como explica o autor “Se na linguagem do interesse [cujo referente definidor é o território do mercado] o indivíduo existe **antes** das suas relações sociais, e na linguagem da razão [que se estabelece pela norma e pela lei] os homens só adquirem a plenitude antropológica como cidadãos **depois** do contrato social, na linguagem dos afetos eles só se realizam **nas** relações sociais. (...) A linguagem dos sentimentos, ou dos afetos reconhece valor histórico das concepções antropológicas das outras linguagens, ou seja, as concepções de indivíduo e cidadão enquanto modos de abertura da potência humana em relação a formas pretéritas de organização da sociedade. (...). O que orienta essa linguagem é a preocupação com a permanente abertura das relações sociais à realização da potência humana (...). A aceitação radical da imanência do homem, de sua potência e plasticidade. (...) Nessa angulação, a democracia não se ergue como um modelo, mas como uma narrativa que recusa qualquer petrificação e vive de seu movimento, ampliando historicamente os direitos que as outras duas linguagens desejam fixar e submetendo ao desígnio da liberdade toda imaginação institucional hipostasiada em fim da história” (BARBOZA FILHO, 2010, p.26-28).

⁴⁸ Gohn propõe que a aprendizagem no interior de um movimento social, durante e depois de uma luta, é múltipla, tanto para o grupo como para indivíduos isolados. Para fins didáticos a autora a divide em 12 tipos,

a burocracia que regulamenta políticas públicas de desenvolvimento rural; como fazer interlocução com o Estado; quais são seus direitos; quanto custa realizar uma ação; como falar em público, como se portar em grupo e diante do outro, como se portar em espaços formais.

Enfim, os atores em contato com todos esses saberes construídos na experiência, deparam-se com alguns valores fundamentais, aos quais denominaremos eixos-articuladores. Esses eixos-articuladores são construídos por atores concretos, são abertos à história (portanto, estão em constante transformação), combinam-se das mais diversas maneiras e – desconfiamos (pois, pra responder a questão que abre esse tópico da discussão, viu-se que será necessária uma pesquisa mais profunda) – compõem o princípio ético-político da organização. Cada um/uma, ao seu modo, transforma esse aprendizado conceitual em ações práticas.

A partir das observações realizadas e da leitura que os próprios militantes fazem de seu passado e presente, foi possível mapear alguns eixos-articuladores que, combinados de formas distintas, de acordo com cada situação, se expressam recorrentemente nas reuniões do sindicato, através do discurso, das ações, dos símbolos, dos comportamentos, das práticas etc. Especificamente, foram mapeados 4 eixos-articuladores predominantes. São eles:

a) *Saber-fazer camponês*: vinculado ao cotidiano na roça, seus saberes e práticas – ideias como preservação dos recursos naturais, vida digna, família, soberania e segurança alimentar, festas, brincadeiras, propriedade como espaço de vida, memória (fluxo que une passado, presente e futuro), experiências acumuladas, respeito às culturas tradicionais, vivência e preservação da cultura, comunidade, paisagem rural, transcendência etc. podem ser sintetizadas por ele;

b) *CEBs*: vinculado aos saberes da Igreja Católica pós-Concílio Vaticano II, sobretudo às representações desenvolvidas pela atuação do Mobon nas comunidades rurais, isto é, ideias como fé, participação na vida política (cidadania), organização para mudança, Bem Viver, opção pelos pobres e oprimidos, promoção de justiça social, família e comunidade, ecumenismo, missão, caminhada, fraternidade com os demais oprimidos da América Latina etc. podem ser sintetizadas por ele;

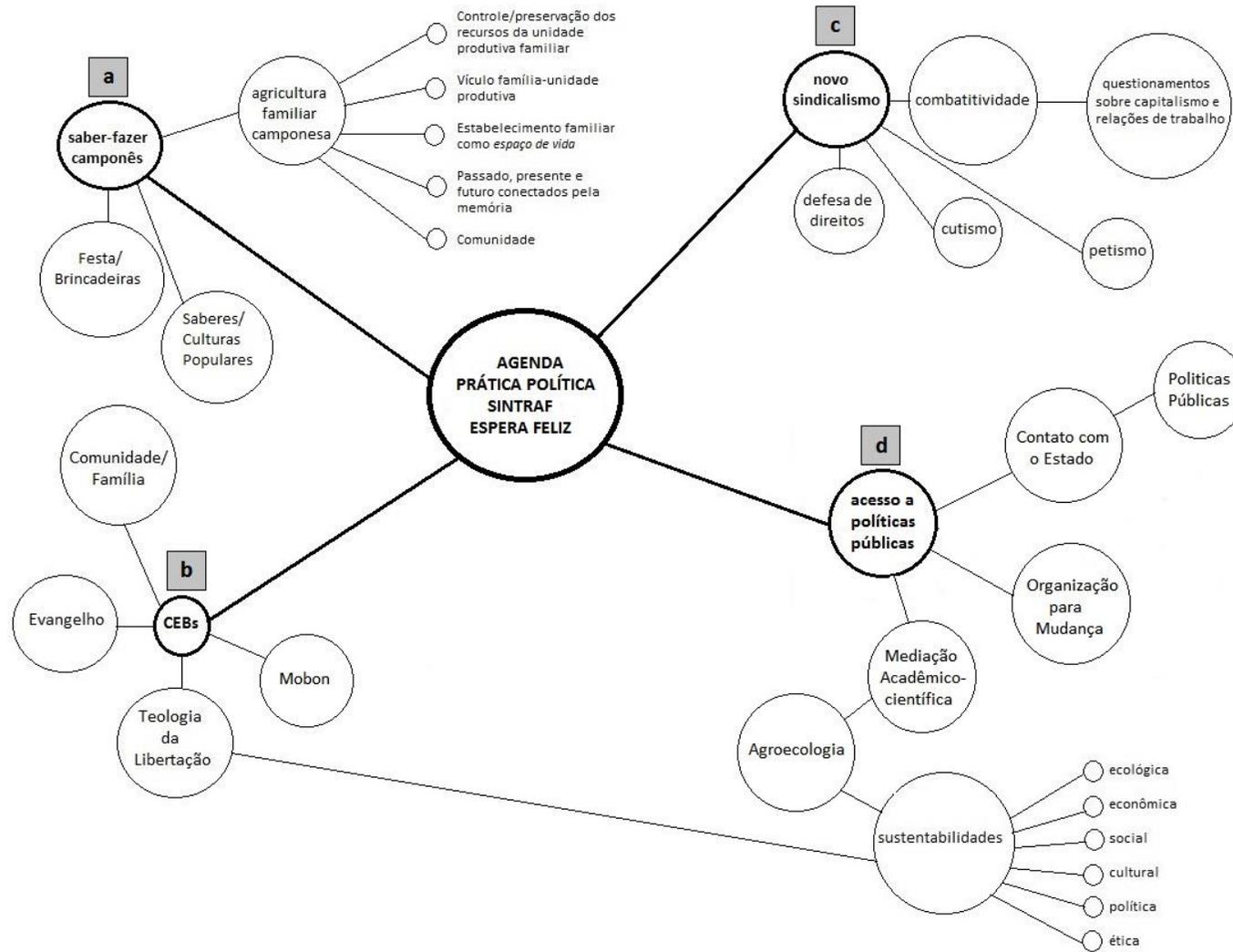
quais sejam: Aprendizagem prática; Aprendizagem teórica; Aprendizagem técnica-instrumental; Aprendizagem política; Aprendizagem cultural; Aprendizagem linguística; Aprendizagem sobre a economia; Aprendizagem simbólica; Aprendizagem social; Aprendizagem cognitiva; Aprendizagem reflexiva e Aprendizagem ética. Para detalhes sobre as características de cada uma dessas aprendizagens, cf. GOHN, 2011, p.352-353.

c) *Novo Sindicalismo*: vinculado aos saberes da militância política – ideias como combatividade, luta, Reforma Agrária, conquista de Direitos, cutismo, petismo, mobilização etc. podem ser sintetizadas por ele;

d) *Acesso a Políticas Públicas*: vinculado às representações advindas do contato com o Estado, com os saberes técnicos e da mediação acadêmico-científica. Ideias como políticas públicas, agricultura familiar, questões produtivas, comercialização, crédito, agroecologia (como “ciência, movimento, prática”), sustentabilidade ecológica, soberania e segurança alimentar etc. podem ser sintetizadas por ele.

O fluxograma a seguir, em suma, ilustra os quatro eixos-articuladores da agenda/prática política do sindicato.

Figura 3 - Fluxograma dos eixos-articuladores – Sintraf-Espera Feliz



Esses eixos-articuladores são reelaborados ao longo do tempo histórico, *i.e.*, através do diálogo e/ou confronto com situações histórica e socialmente determinadas sofrem mudanças. Como explica Comerford (1999, p.71):

(...) mais do que apenas representar valores, esses eventos [as reuniões], ou seja, esses conjuntos identificados, nomeados e destacados de práticas sociais, contribuem para (re)construir e transformar esses valores [socialmente construídos como importantes no universo social em questão], na medida em que cada evento relaciona-os, de modo até certo ponto singular, a uma situação específica e a outros conjuntos de práticas e representações.

Considerando que a perspectiva processual em sua dimensão histórica e macrossocial, de alguma maneira, foi abordada nas páginas anteriores desta monografia, agora parte-se de uma perspectiva microssociológica, com ênfase no tempo presente, para demonstrar como se expressam os mencionados eixos-articuladores na prática política do sindicato. A análise dessas reuniões possibilitará identificar alguns eixos-articuladores da prática política do sindicato no presente, e também suas correspondências históricas.

Do conjunto de reuniões observadas, tomar-se-á nota de duas reuniões: o Iº Congresso Eleitoral do Sintraf, realizado em 02 de julho de 2016 e a reunião de Planejamento, realizada nos dias 10 e 11 de janeiro de 2017, que serão descritas densamente (GEERTZ, 2008) a seguir. Virtualmente, para ajudar na compreensão destas reuniões que serão descritas, serão acionadas as demais reuniões, festas e demais ocasiões não-formais e, caso necessário, dados de campo resultantes dessas ocasiões observadas também serão usados no texto.

2.3 Resgate de sua história e motivação para a luta sindical contada em metáforas

[...] acrescenta o Pe. Geraldo Silva, ‘... a evangelização deve preceder a promoção ou, pelo menos, deve ser simultânea’. Pois é a partir dela que o social entra em cena.

RICARDO TORRI DE ARAÚJO

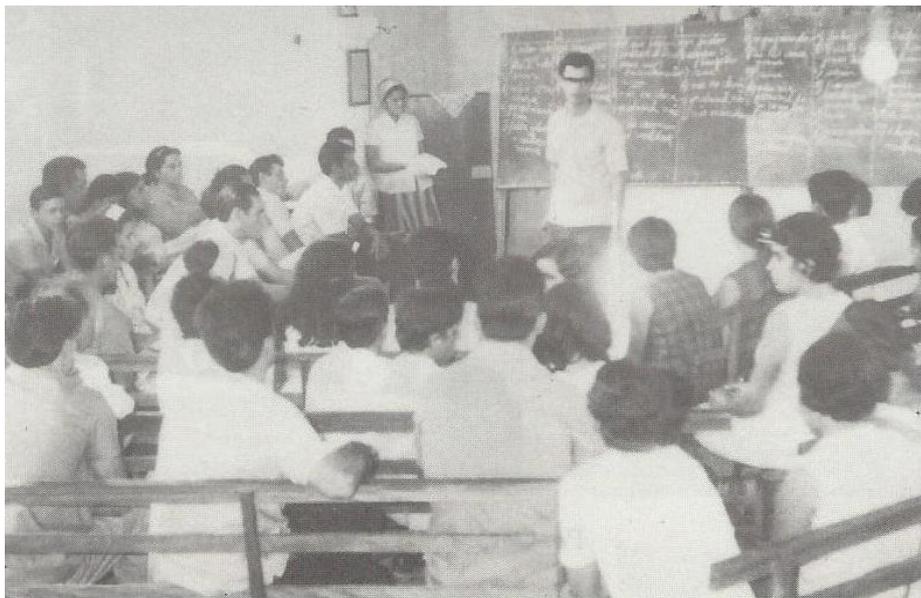
O Iº Congresso Eleitoral do Sintraf contou, em seu ápice, com a participação de aproximadamente 130 pessoas, público majoritariamente formado por homens (63,5% dos presentes). O objetivo principal desta reunião, conforme descrito no ofício circular de 20 de junho de 2016, foi “além de eleger a nova diretoria para o exercício 2016-2019 (...) fortalecer nossas forças e parcerias para lutarmos juntos por melhorias enfrentando as dificuldades e desafios que querem conter os avanços da Agricultura Familiar”. Neste

episódio, recebi o convite para fazer o registro do que fosse discutido ali por meio de uma facilitação gráfica.

A mesa de abertura contou com a presença de autoridades do poder público municipal, parceiros e representantes de organizações como CTA-ZM, UFV, FETRAF-MG, CRESOL, COOFELIZ. A programação, além da votação da nova diretoria, contou também com duas palestras. A primeira, na parte da manhã, tratou-se de uma assessoria de motivação à luta sindical, proferida por João Resende, missionário da Congregação dos Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora e um dos fundadores do Mobon. A segunda, foi uma análise de conjuntura sobre o contexto político nacional após o golpe⁴⁹ engendrado em 2016 pela elite endinheirada brasileira (SOUZA, 2016). Essa segunda palestra, proferida por um assessor ligado à CPT na parte da tarde. Para fins de análise, focaremos na descrição densa da palestra do missionário sacramentino.

João da Silva Resende, que, junto com o também missionário Alípio Jacinto da Costa, formou o Mobon nos fins da década de 1960, é uma figura central para que se entenda esta reunião e o processo de reflexão que o Sindicato está realizando no presente sobre sua própria história. Com formação religiosa influenciada pelo Concílio Vaticano II, o missionário realiza trabalho de formação de lideranças na região da Zona da Mata mineira desde a época do MAPE (OLIVEIRA, 2012). A foto a seguir, por exemplo, documenta o missionário em ação, ministrando um curso de formação em 1970.

⁴⁹ Assim nomeia o movimento sindical rural de Espera Feliz (e assim concebe o pesquisador desta monografia) o processo de impedimento da continuidade do mandato de Dilma Rousseff.



João Resende, de pé, em frente ao quadro negro, 1970⁵⁰.

A relação de confiança, com os leigos e o clero, advinda de seu trabalho desde a atuação no MAPE, foi fator fundamental para a formação do Mobon (OLIVEIRA, 2012). É esta relação de confiança historicamente construída que garante a inserção, a circulação e a efetiva atuação do missionário no meio pastoral da Igreja Católica e entre os movimentos sociais da Zona da Mata mineira, do Leste de Minas e do Vale do Rio Doce até os dias de hoje.

Como escreveram Wanda Lúcia Gomes e Durval Ângelo, em dedicatória ao missionário em seu livro “Mobon: Missão e Fé Libertadora” (2011, p.15), o Mobon, em vias de completar 58 anos de existência, “sem eles [João e Alípio] esta história não seria contada, ou seria de outra forma”. Enfim, não há como não notar a importância deste missionário no meio pastoral católico e no movimento sindical da região da Mata e Leste de Minas. João Resende é uma pessoa sempre lembrada pelos/as agricultores/as e leigos da Igreja Católica em suas histórias e causos sobre o início das CEBs e do sindicalismo rural nesta região.

No congresso eleitoral, o missionário fazia parte da “equipe de frente” (COMERFORD, 1999)⁵¹. Como um assessor de motivação à luta sindical convidado, ele cumpria o papel de mediador, *i.e.*, de uma pessoa entendida do assunto (luta sindical) que sabe dizer a coisa certa no momento certo e, com isso, dinamizar a discussão. Em suma,

⁵⁰ Foto extraída de Araújo (1999, p.46).

⁵¹ Comerford (1999), inspirado na analogia do teatro desenvolvida por Goffman em “A representação do Eu na Vida Cotidiana” (1975), descreve a “equipe de frente” como o grupo de pessoas que na reunião se destacam por falar mais vezes e mais longamente nos momentos de discussão. Esta equipe está em destaque em relação ao “público”, isto é, àqueles que basicamente assistem os membros dessa equipe falarem.

ele representava um personagem (GOFFMAN, 1975) que sabia se situar nas polêmicas e levar os outros membros da “equipe de frente” a responderem suas indagações de modo a destacar sua contribuição numa perspectiva do diálogo, muitas vezes polêmico, com outros membros da equipe mencionada (COMERFORD, 1999).

Diferentemente do procedimento ritual de outras reuniões observadas, nesse congresso, as cadeiras não estavam dispostas em círculo. Elas estavam dispostas em fileiras. De modo geral, esta forma em que se organizou o ambiente comprometeu o nível de envolvimento do público. Todavia, houve uma exceção quanto a essa percepção dos fatos, expressa na efetiva participação e na escuta atenta dos presentes, durante aproximadamente quatro horas, em que João Resende falou sobre luta sindical. A foto a seguir ilustra esse momento.



1º Congresso Eleitoral do Sintraf. João Resende à frente, em assessoria de motivação à luta sindical. Foto: Acervo pessoal.

Essa atenção significativa notada entre os/as trabalhadores/as rurais em relação ao que o mediador católico falava, pode ser explicada, por dois importantes fatores constitutivos do *habitus*⁵² destes agentes sociais, desenvolvidos ao longo do extenso histórico de militância religiosa desse grupo de trabalhadores/as (OLIVEIRA, 2012).

Primeiro, uma ampla prática social e interesse em reuniões e no diálogo. Segundo, o contato recorrente com a *práxis* comunicativa própria do Mobon, em que o mediador (agente de um universo cultural distinto do universo cultural do/as agricultores/as), usa de

⁵² Bourdieu (2007) irá definir *habitus* como um sistema de esquemas de percepção, advindo do conhecimento prático e por influência de experiências passadas, que orienta a apreciação e a ação dos agentes sociais. Esse esquema ajuda a mapear e reconhecer normas e limites (estímulos condicionais e convencionais) para ação dentro de uma estrutura maior (definido pelo autor como campo).

estratégias comunicativas como diálogos, elementos simbólicos da vida cotidiana e metáforas para falar de um jeito que o povo entenda (OLIVEIRA E ZANGELMI, 2009; OLIVEIRA, 2012).

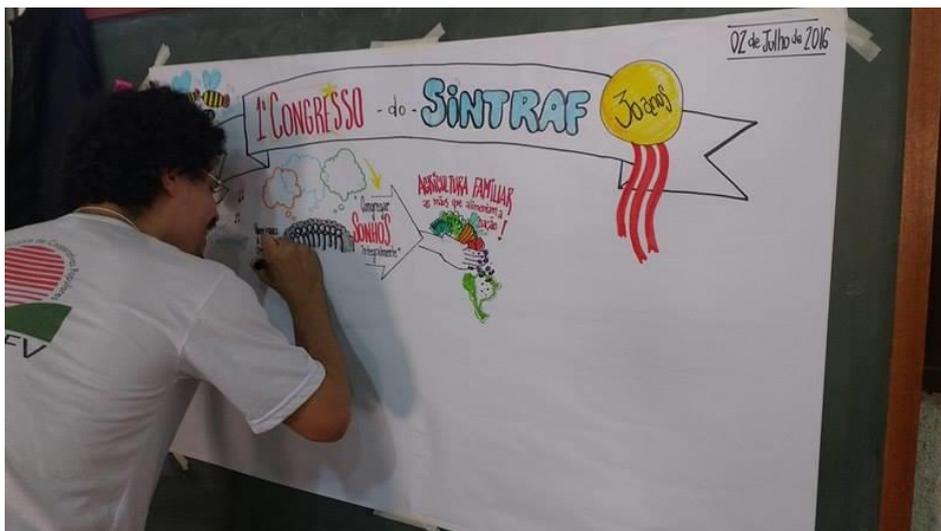
Como escreveu o próprio missionário na sessão “Olhares” sobre o Movimento da Boa Nova, no livro “Mobon: Missão e Fé Libertadora” (GOMES E ANDRADE, 2011, p.150):

Vejo... como um dos pontos marcantes da Boa Nova o uso da linguagem simbólica através de comparações que vão encontrando a porta de entrada na cultura do povo. Este tipo de linguagem leva as pessoas a se sentirem em casa. Sentem que seus afazeres e seu[s] ditos populares estão cheios de sabedoria e que ajudam muito na vida de comunidade. Isto torna a comunicação mais agradável, compreensível, mais direta, mais educativa e mais transformadora.

Esses dois fatores (interesse em reuniões e contato com a *práxis* comunicativa do Mobon) mantém uma contínua influência no modo de se engajar politicamente dos/as envolvidos/as com o Sintraf. Dessa forma, numa verdadeira comunicação (FREIRE, 1983), em que se considera o contexto social em que se estabelece a troca linguística (BOURDIEU, 1983), João Resende estabeleceu de fato uma *discussão*, problematizando junto com os/as participantes, o que representa a luta sindical.

Nesse evento, como mencionado, ocupei o papel de relator gráfico, e nessa condição mais participei – ouvindo atentamente, à frente do painel e de costas para o público, o que foi discutido – do que observei o que estava acontecendo. Desempenhando essa performance, vivi uma profusão de sentimentos pelo fato de, pela primeira vez estar ouvindo João Resende – que tanto escutei as pessoas falarem, ao longo desses quase oito anos, nas reuniões e atividades do Sintraf, nas reuniões do programa Teia/UFV e do CTA-ZM.

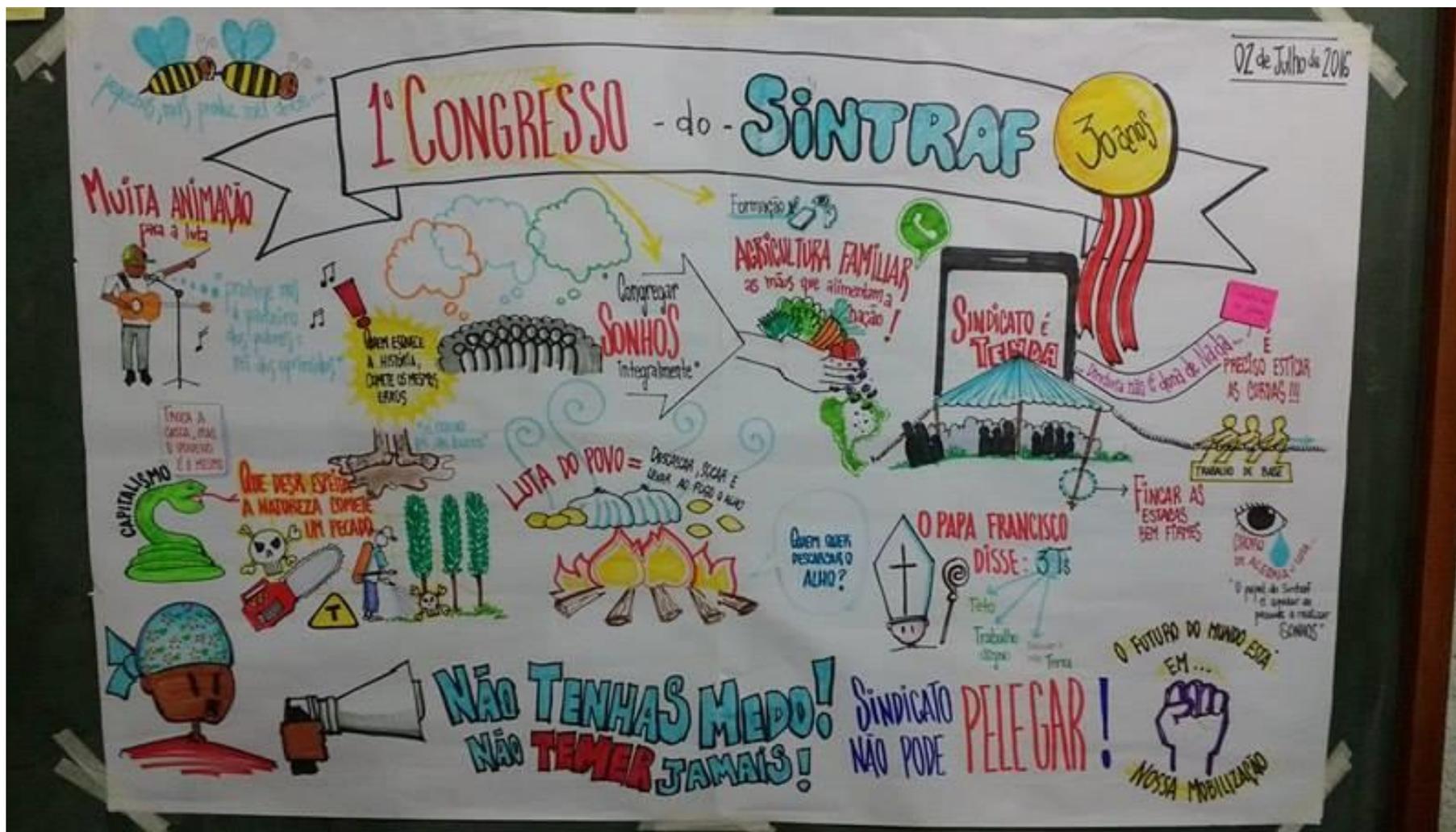
Como relator gráfico, acabei neste dia fazendo parte da coordenação do evento, uma vez que cumpri um dos trabalhos que desempenha este grupo de pessoas, isto é, a tarefa de “*relatar por escrito as discussões...* apreender, resumir e registrar por escrito e rapidamente, aquilo que foi falado nas *discussões*” (COMERFORD, 1999, p.60).



Realização do painel “1º Congresso do Sintraf”. Foto: Márcio Gomes.

João Resende, ao terminar sua fala, convidou-me para relatar um pouco sobre o que eu estava fazendo durante o tempo em que ele falava. Falei sobre facilitação gráfica, sobre o Coletivo Repentistas do Desenho⁵³ do qual faço parte e repassei, em linhas gerais, a partir do que havia sistematizado no painel, o que representava a luta sindical. A seguir, eis o painel que me foi solicitado a apresentar naquele dia.

⁵³ O Coletivo Repentistas do Desenho é composto por estudantes de diversos cursos da UFV que se dedicam a trabalhos de desenho e ilustração, sobretudo facilitação gráfica. O objetivo do grupo é apoiar causas populares como: agroecologia, permacultura, economia solidária, etc. O grupo e seu nome surgiram no Seminário Sudeste - Por um Brasil Agroecológico, realizado em junho de 2015, em Viçosa.



Painel "1º Congresso do Sintraf". Foto: Márcio Gomes

Naquele dia, foi a emoção de poder estar ali ouvindo, aprendendo e me formando, e, ao fim, poder compartilhar o que registrei com meus parceiros de luta o que me tomou. Agora, à distância, com a impressão, em formato A3, da foto do painel outrora feito esticado sobre a mesa, relembro o que se passou. Com algumas canetas coloridas e o diário de campo em mãos, fiz algumas anotações em cima da impressão e empreendi um mapeamento dos eixos-articuladores veiculados naquela discussão⁵⁴.

Inspirado por uma perspectiva rizomática⁵⁵ de leitura e análise, isto é, sem estabelecer um ponto central de referência e uma hierarquização entre os eixos-articuladores identificados, mas, entendendo que cada um deles pode se conectar a qualquer outro na construção de um sentido possível, realizei a interpretação dos dados presentes no painel.

Estabeleceram-se conexões entre as expressões (a maior parte, metáforas) que apareceram no painel e com as informações e dados advindos de diferentes fontes (anotações do diário de campo, notícias, textos literários e teóricos lidos durante a pesquisa bibliográfica, dados apresentados em toda a monografia até essa parte do texto, etc.) que tive acesso durante o período de realização da pesquisa, procurando estabelecer locuções que, sintaticamente, produzem uma unidade de sentido.

Para mostrar a interpretação realizada, cada área do painel foi enumerada. A fim de delimitar os sentidos que se expressam com mais ênfase em cada região do painel, construiu-se uma espécie de legendário com os principais eixos-articuladores da prática política outrora apresentados. A representação gráfica da leitura do painel pode ser vista na figura 4. As legendas estão dispostas a seguir.

⁵⁴ Ao observar as anotações de campo realizadas, notou-se que os eixos-articuladores destacados, combinados de maneiras diversas, de acordo com cada situação, de uma forma ou de outra, possuem recorrência nas demais reuniões observadas.

⁵⁵ Essa perspectiva de leitura e análise dos dados foi inspirada pela forma pelo esquema que orientou a pesquisa de Villar (2014), qual seja, o conceito de rizoma elaborada pelos filósofos Guilles Deleuse e Félix Guattari. Cf. Villar, 2014, p.12-13.

Figura 4 – 1º Congresso do Sintraf: Eixos-articuladores mapeados



- **Área 1** – *CEBs e Novo Sindicalismo* – “[Abelha] é pequena, mas produz mel doce”. Aqui, a ideia está vinculada a noção de ser pequenos diante do problema a ser enfrentado: o *Golpe* e a, conseqüente, perda de direitos com a retomada voraz do neoliberalismo na América Latina, enfim, os impactos do avanço do Capital, que os trabalhadores e trabalhadoras de todos os setores sentirão na pele. Entretanto, como abelha, isto é, os agricultores/as são pequenos, mas, com organização, é possível combater essa realidade perversa que se apresenta aos olhos.

- **Área 2** – *Saber-fazer camponês, CEBs e Novo Sindicalismo* – “Muita animação para a luta”; “Protege-nos ó pai, parceiro dos pobres e oprimidos”⁵⁶. A ideia aqui está vinculada à dimensão festiva da luta: para se “combater o bom combate” (lutar para que o bem prevaleça) é preciso da proteção de Deus (pedido feito através da letra da música que animava a reunião), animação e esperança.

- **Área 3** – *Saber-fazer camponês, CEBs, Novo Sindicalismo e Acesso a Políticas Públicas* – Além da formação, da eleição da diretoria, o objetivo do 1º congresso é “congregar sonhos integralmente”. Congregar aqui assume o sentido de “unir (enquanto família, no sindicato e nas comunidades) os/as agricultores/as familiares (sua memória e seus saberes) para a defesa de direitos (poder sonhar com melhorias de vida)”.

- **Área 4** – *Saber-fazer camponês e CEBs* – “Quem esquece a história, comete os mesmos erros”, isto é, “é como pés de barro”. Esse sujeito, seja ele qual for, pode até

⁵⁶ Trecho da música “Pai Nosso Dos Mártires” do cantor popular Zé Vicente entoada pelo animador da reunião.

aparentar robustez, mas não possui virtudes, não se sustenta (*i.e.*, não possui estrutura para suportar o presente). Um chamado para se olhar para a trajetória histórica do sindicato. “Pra chegarmos até aqui, muito sangue de companheiros e companheiras foi derramado”. No Trem da CEBs, ouvir é necessário: – *Seu maquinista, e aquele aquecedor de ar, uma lata de brasa que colocavam no meio da casa e a gente sentava ao redor pra contar causos. Lembro-me da história da assombração*⁵⁷.

- **Área 5** – *CEBs, Novo Sindicalismo e Acesso a Políticas Públicas* – “Agricultura Familiar, as mãos que alimentam a nação”, este é um grito de luta entoado pelos presentes na abertura e encerramento das reuniões (e em manifestações públicas). Espera Feliz possui 761 estabelecimentos familiares, ou seja, 73% dos estabelecimentos que ocupam a zona rural são de agricultura familiar e “Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro” (anuncia o site Portal Brasil), portal que agrega conteúdos dos ministérios e secretarias do governo federal. Como dito, precisamos lutar “juntos por melhorias enfrentando as dificuldades e desafios que querem conter os avanços da Agricultura familiar”. Para fortalecer a luta, se organizar em rede – lema da FETRAF-BRASIL CUT: “Consolidando a Organização e Fortalecendo a Agricultura Familiar para Alimentar o Brasil”.

- **Área 6** – *CEBs e Novo Sindicalismo* – “Sindicato é tenda” (isto é, a *Casa dos Trabalhadores*⁵⁸), portanto, é preciso “fincar as estacas bem firmes” (manter se profundamente ligado à base). É preciso “Fazer trabalho de base”⁵⁹ (pra isso é necessário sair de *Casa*, “Sair de nós para o outro = DEUS”⁶⁰). Para montar a tenda “é preciso esticar as cordas” (pois se não, como escrito em *post-it* que não foi para o painel, “se não a lona acumula água” e desaba). Para nos fortalecermos e fazer a luta, é por metáforas que a gente se entende.

- **Área 7** – *CEBs e Novo Sindicalismo* – “Diretoria não é dona de nada” (dito em tom literal), resgata a ideia de família e participação democrática nas tomadas de decisão do sindicato.

- **Área 8** – *Novo Sindicalismo* – “Capitalismo: [como uma cobra,] troca a casca, mas continua o mesmo”. Dominam o alimento na semente e nos envenenam pelo parto.

⁵⁷ Trecho do livro “O Trem” (2008) do poeta-agricultor de espera felicense, Amauri Adolfo.

⁵⁸ Comerford *et al.* (2015, p.18).

⁵⁹ A expressão aparece nos registros escritos do sindicato desde sua fundação (cf. SILVA, 2010) até os dias atuais. Durante a reunião de planejamento, realizada em janeiro de 2017, após o *Golpe*, esse desejo ganhou força novamente.

⁶⁰ Lição extraída das anotações do Curso de Formação de Bíblia acontecido de 18 a 24 de 1973 em Curumirim do “Caderno de Dona Nora”, p.35.

Proclama-se deus (Agro é pop⁶¹), mas é o diabo: “onipresente e universal: ele se estende por muitos domínios da vida social e da vida natural e introduz formas de controle que afetam praticamente todos os lugares (afetando até a forma como os ramos de amoras silvestres crescem)”⁶². São os Impérios Alimentares. Essa unidade significativa se trata-se de uma reflexão sobre as diversas formas pelas quais o capitalismo se expressa e oprime toda a potência humana, gera invisibilidade e preda o planeta. Reflexão sobre a educação superior, que o “Tecendo Sonhos” ajudou a alcançar: *Universidade pública/É pra quem veio/Da privada/Só vai mudar/O cheiro/Quando tirar/Essa gente/Do Trono*⁶³.

- **Área 9** – *Saber-fazer camponês, CEBs e Acesso a Políticas Públicas* – “Quem desrespeita a natureza comete um pecado”, isto é, escolhe o caminho do mal. Tenta-se se o deus de si mesmo⁶⁴. Reforço à noção de preservação dos recursos, ao Bem Viver e à roça como *espaço de vida*. Anunciou o profeta: “A revolução verde/Nasceu e reside/Nas almas/Que querem/Pintar o mundo/De cinza”. Livre-se desse pecado, emancipe-se⁶⁵.

- **Área 10** – *Saber-fazer camponês e CEBs* – “Luta do povo = descascar, socar e jogar ao fogo o alho”, isto é, como anotado em um *post-it* não sistematizado no painel, “o cheiro tem que espalhar no meio do povo”. João Rezende, numa performance quase teatral pede que alguém vá a cozinha buscar alho e uma panela (elementos simbólicos, objetos bom pra pensar!), sem dizer pra quê, deixando todos curiosos. Ele faz um chamado à saída da zona de conforto (sair de casa e ir pra rua): “Quem que descascar o alho?” (Ele chama alguém do público pra realizar a tarefa na frente do “público”⁶⁶ da reunião). Fecha a unidade de significado o *post-it* não sistematizado, “a panela é grande”. Leia-se: na luta, há espaço pra todo mundo.

- **Área 11** – *CEBs* – “O papa [Francisco] disse: ‘3 Ts’ – *Teto, Trabalho digno e defender a mãe-Terra*”. Defesa do Bem Viver (uma teologia indígena) para o

⁶¹ Propaganda exibida pela TV Globo desde junho de 2016. A propaganda foi produzida pela própria emissora para fortalecer o agronegócio no país.

⁶² Ploeg (2008, p.287).

⁶³ Poema de Amauri Adolfo extraído de “Pedaços de Poesia” (2012).

⁶⁴ “Caderno de Dona Nora”, p.35.

⁶⁵ O primeiro contato com a Agroecologia foi através do Cursinho Popular Tecendo Sonhos. O verbo descrito faz alusão ao trabalho “Cursinho popular Tecendo Sonhos: agroecologia para a emancipação social, emancipação social para a agroecologia” que apresentei no I Seminário de Educação em Agroecologia, realizado de 3 a 5 de julho de 2013, em Recife-PE. Cf. TEIXEIRA, Ramon da Silva et. al. Cursinho popular Tecendo Sonhos: agroecologia para a emancipação social, emancipação social para a agroecologia. *Cadernos de Agroecologia*, vol. 11, n. 1, p.1-13, Jun. 2016. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/20863>>. Acesso em 13 jul. 2016.

⁶⁶ Como define Comerford (1999, p.65), o “público” “Trata-se de trabalhadores que podem estar ali apenas em seu próprio nome e de sua família ou podem estar ‘representando’ a sua *comunidade* de origem, o seu Sindicato, a sua Associação ou assentamento (quando tiverem sido escolhidos ou indicados para participar da reunião)”.

(des)envolvimento da Economia (cuidado com a casa comum onde habitam seres humanos, portadores de direitos).

- **Área 12** – *Novo Sindicalismo* – “O papel do Sintraf é ajudar as pessoas a realizar sonhos”. Retomar as ideias da *Área 3* com emoção (essa frase foi dita ao fim da pauta da manhã: a fala de João Resende, e, algumas pessoas da “equipe de frente”⁶⁷ estavam emocionados e chorando).

- **Área 13** – *Novo Sindicalismo e Acesso a Políticas Públicas* – a locução “Não tenhas medo!” ↔ “Não TEMER jamais [em que o elemento frasal TEMER possui duplo sentido: referindo-se ao mesmo tempo ao verbo temer e a Michel Temer, que atualmente ocupa de modo ilegítimo a presidência do país]” ↔ “Sindicato não pode pelegar” ↔ “O futuro do mundo está em nossa mobilização”, congrega uma série de sentimentos recorrentes, que se tem observado em todas as reuniões do sindicato, desde que a presidenta Dilma Rouseff teve impedido seu mandato em agosto de 2016.

Pode-se dizer que, nessa reunião, João Resende ocupou o papel do parteiro da *intensidade expressiva* ou da *verdade descoberta*. A partir de uma mediação de caráter maiêutico, isto é, conversando com o povo e pedindo a sua opinião, o missionário ajudou as lideranças sindicais a expressarem (e refletirem sobre) a *sua* verdade (BOURDIEU, 2007, p.705-709).

Ao considerar a participação e a escuta atenta dos participantes do congresso eleitoral ao que falava João Resende, como sintoma de uma troca linguística bem sucedida (BOURDIEU, 1983), somada à sistematização e à análise de suas falas, tornou possível ao pesquisador, visualizar alguns eixos-articuladores (nada óbvios na realidade social) da prática política do sindicato historicamente construídos, operando no presente. Para vermos os eixos-articuladores na prática direta dos envolvidos com o Sintraf, na sessão seguinte, colocar-se-á em foco a descrição e interpretação da reunião de Planejamento, realizada nos dias 10 e 11 de janeiro de 2017.

2.4 Eixos-articuladores na boca do povo: a história e os sentidos (re)significados

Com a reunião anterior, ficou evidente o poder que tem o uso da linguagem popular – símbolos, comparações e metáforas – como estratégia promotora de outra concepção de cultura política. Esse fato demonstra como esses atores sociais do Mobon desenvolveram uma comunicação com robusto potencial transformador. Neste tipo de mediação, cultura

⁶⁷ Define Comerford (1999, p.62) como “conjunto de pessoas que falam mais vezes e mais longamente nos momentos de discussão, a ponto de se destacarem”.

popular e comunicação se associam para a construção de um despertar para a luta pela cidadania. Enfim, por meio de uma *práxis* comunicativa impulsionou-se (e ainda se impulsiona) ações coletivas bem articuladas (OLIVEIRA E ZANGELMI, 2009).

Passados seis meses do Iº Congresso Eleitoral, a nova presidente eleita convocou a diretoria do Sintraf para poderem planejar suas ações para o ano de 2017. Essa ocasião foi a reunião de Planejamento, que aconteceu nos dias 10 e 11 de janeiro desse ano, no Centro de Formação do Sindicato.

No dia 10 de janeiro, na parte da manhã, a programação previa: uma mística de abertura; uma rodada de conversa em que os/as diretores/as falassem sobre o que entendem sobre o papel do sindicato e qual a sua expectativa com o planejamento; um resgate histórico sobre o sindicalismo rural, sobretudo, o que se desenvolveu em Espera Feliz, buscando estabelecer uma conexão com o cenário político atual de perda de Direitos. Esta última atividade, foi conduzida pelo pesquisador e, atual professor do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFV, Márcio Gomes da Silva.

Para a parte da tarde, estava previsto a realização de um Diagrama de Venn⁶⁸, também mediado pelo professor da UFV, com o objetivo de avaliar as relações de parceria que o sindicato possui e, com isso, auxiliar no trabalho de organização da matriz de planejamento das ações para 2017, que seria feita no outro dia. À noite, aconteceu a cultural, momento de lazer coordenado (COMERFORD, 1999), em que os presentes puderam jantar, tomar cerveja e entoar as mais diversas canções e “jogar conversa fora”. No dia seguinte, pela manhã, estava programada a construção da matriz com os temas que o sindicato vem trabalhando e a partir dos quais iria elencar as ações a serem realizadas e mapear os parceiros que possam contribuir pra a sua realização.

Essa reunião contou em seu “pico” com aproximadamente 30 participantes, em sua maioria homens (54% do total dos participantes). Em sua quase totalidade, os/as envolvidos/as fazia parte da diretoria do sindicato, seja como funcionários/as, seja como membros da Coordenação Geral (locados no setor Financeiro/Infraestrutura ou no setor de Funcionamento/Atendimento) ou, ainda, como diretores/as das diferentes comissões que compõem a instituição (Formação; Juventude; Agricultura; Mulheres e, Questões Previdenciárias). Nessa reunião, as cadeiras estavam dispostas em semicírculo, com os símbolos de luta ao centro. Notou-se maior engajamento dos presentes nas discussões em comparação com o congresso eleitoral.

⁶⁸ O Diagrama de Venn é uma metodologia usada para construção de diagnósticos sobre grupos e as relações que estes possuem com outras instituições locais e regionais.

Nesse episódio, contribuí com a *coordenação* da reunião, sobretudo, nas tarefas de organização do “cenário” da reunião (ordenação espacial), de apoio à animação e mediação e, por fim, de relatoria (COMERFORD, 1999). A análise que será feita, partirá, portanto, dos registros gerados a partir deste lugar.



Reunião de Planejamento, janeiro de 2017. Foto: CTA-ZM

Se na análise feita da primeira reunião, conseguimos identificar os eixos-articuladores da prática política em ação, a partir das reflexões empreendidas por um mediador externo histórico dos sindicatos da Zona da Mata mineira. Nessa reunião de planejamento, através de um diálogo com outro mediador externo, que procurou dinamizar as discussões durante os dias de sua realização, veremos esses eixos-articuladores se expressarem transversalmente em vários momentos, de diversas formas, *i.e.*, seja em símbolos ou em discursos empreendidos pelos/as agricultores/as que participavam dessa reunião.

Dentro desse contexto, primeiro se destacou os símbolos (bandeiras do PT e da FETRAF-MG, facção, foice, enxada, terra, sementes, agenda, cartilhas da CUT) representativos da história prática de luta, colocados ao centro do semicírculo formado pelos e pelas participantes da reunião. Em segundo lugar, a mística inicial, em que cada um enunciava sua expectativa para o planejamento e, simbolicamente, plantava essa expectativa, representada por uma semente de milho ou feijão, em uma telha com terra.

Toda essa performance, fez saltar aos olhos uma série de elementos característicos que se relaciona com um conjunto específico de eixos-articuladores, tais como o eixo *Saber-fazer camponês*, o eixo *CEBs* e o eixo *Novo Sindicalismo*, que associados, expressam múltiplos significados. A foto a seguir é ilustrativa desse momento.



Reunião de Planejamento; ao centro, elementos representativos da luta e a mística inicial. Foto: CTA-ZM

As expectativas “plantadas na terra”, no momento da mística inicial, também são alusivas dos eixos-articuladores descritos. Das vinte e sete expectativas enunciadas, possuíam relação direta com o que se sugeriu na assessoria de motivação à luta sindical mediada por João Resende no congresso eleitoral, as seguintes frases (conforme anotadas nas tarjetas): “Luz no Caminho”; “Planejar pra Transformar”, “Planejar a continuidade do sindicato nesses tempos difíceis”, “Planejamento básico para ação nas comunidades”, “Afiar as ferramentas de luta”, “Dar as mãos a quem está de fora [do movimento

sindical]”, “Entender mais o trabalho do sindicato”, “Voltar para as bases”, “Resgatar o espírito de Luta” e, por fim, “Trazer e envolver a juventude na militância”.

Todas essas expectativas, em certa medida, relacionam-se com todos os quatro eixos-articuladores. Elas guardam uma relação estrita com a reunião anterior e, principalmente, com a pauta prioritária discutida nessa reunião de planejamento, isto é, a reprodução das ações do sindicato em 2017, dentro de um cenário político de perda de Direitos, diminuição ou supressão de recursos públicos voltados para as políticas públicas de desenvolvimento rural (especificamente, as voltadas para a agricultura familiar), desinteresse da juventude do campo com a militância política e a criminalização dos movimentos sociais. Essas expectativas são sintomas de uma preocupação característica desse momento de revisão e de reflexão sobre a trajetória do Sintraf, seus desafios presentes e futuros.

O resgate histórico sobre o sindicalismo local, mediado por Márcio Gomes, foi um momento nuclear dessa revisão e reflexão. Provocados pelo mediador, os membros da diretoria do sindicato presentes (re)construíram coletivamente *seus* sentidos sobre a trajetória do Sintraf. Pode-se dizer que a discussão gerada nessa ocasião foi tão importante, que seus elementos orientaram todas as demais ações do planejamento que se seguiram em diante.

Muito foi discutido nesse instante, mas, para dar conta de atingir o objetivo central desse tópico, *i.e.*, demonstrar como esses eixos-articuladores se expressam nos discursos dos/as agricultores/as, faremos um recorte. Para isso, o tema, amplamente discutido, como “Trazer e envolver a juventude na militância” é ilustrativo de como os eixos-articuladores *Saber-fazer camponês, CEBs, Novo Sindicalismo e Acesso a Políticas Públicas* se articulam e se expressam pela perspectiva desses atores.

Quando o assunto da reunião passou a ser a necessidade inadiável de formação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais nesses “tempos difíceis”, passou-se a estabelecer comparações de todo tipo com outros tempos (de como eram as formações do Mobon e do sindicato nas décadas de 1970 a 1990, por exemplo). Nesse contexto, a questão “como envolver os jovens das comunidades rurais nessas formação?” ganhou espaço na discussão. O mediador provocou os presentes: “Fazer formação [é estudar] (...) quem é esse jovem, qual realidade que ele vive. Para gente formar a juventude, a gente precisa fazer formação a partir da realidade: quem é esse jovem?”.

Um dos presentes, por meio de uma reflexão altamente complexa, respondeu à indagação buscando se basear no referencial teórico-metodológico do Mobon, em que,

como disse João Resende (1997, p.35 citado por OLIVEIRA E ZANGELMI, 2009, p.219), “a missão do educador é descobrir, na cultura do povo, os símbolos e comparações que ajudam a entender e analisar a realidade”. O interlocutor procurou estabelecer conexões entre os dirigentes dos grupos de reflexão e os dirigentes sindicais, dizendo que ambos são educadores populares (uma expressão do eixo-articulador *CEBs*) e como tal, devem então “Acompanhar as mudanças de cada época”, isto é, “a realidade em movimento” a fim de que se consiga realizar comunicação efetiva com os jovens. Para revelar aos jovens que eles também podem ser (são) educadores populares, a liderança popular e sindical construiu a seguinte reflexão:

Só uma coisa agora. Nós temos os grupos de reflexão nas comunidades, então esse dirigente dos grupos de hoje vai lá no grupo. O grupo é o fato da reflexão, por isso chama grupo de reflexão. Então você falou a palavra “educadores populares”, então como a gente precisa tanto formar (...) um dirigente sindical é um educador popular. Ele tem uma questão da educação popular. Mas da maneira do João [Resende](...)[para quem a educação popular] é uma bandeira muito forte. Porque quando a gente fala grupo social, de base social, nós precisamos acompanhar as mudanças de cada época (...) a realidade em movimento (...). Como a gente faz pra ter esse trabalho de base com a juventude, pra eles compreenderem que são educadores populares, tendo celular, tendo zap [Whatsapp]. A internet é uma aliada pra fazer esse tipo de trabalho. Então é não ter pressa em algumas coisas (...) [é preciso] priorizar o tempo para fazer cada coisa. Nós estamos aqui vamos ficar dois dias. Nesses dois dias é o tempo que nós temos pra gente pensar [a formação](...). O que a gente está fazendo aqui é ver a história, procurar um referencial (...) o tempo de hoje, o que que o tempo de hoje proporciona (...) que a gente pode aproveitar, pra gente conseguir dialogar com essa juventude (...). Pode fazer baderna, botar fogo em carro, [pode] fechar estrada, [mas fica a questão:] como vamos formar os jovens, novos educadores populares?

Outra liderança, ligada ao grupo de mulheres, demonstrou sua preocupação com a continuidade dos trabalhos do sindicato e com referida formação dos jovens. Todavia, ela buscou referências em um tempo histórico antes da criação do sindicato (em que os trabalhadores se organizavam e falavam sobre seus problemas cotidianos, apenas através das reuniões dos grupos de reflexão). Ela construiu seu argumento influenciada por ideias vinculadas aos eixos-articuladores *Saber-fazer camponês* e *CEBs* (neste, no sentido de “vida em comunidade”). Sua fala demonstra um alto conhecimento reflexivo sobre tradição, pertencimento, identidade camponesa e suas relações com a realidade social presente:

(...) como nós vamos caminhar da agora pra frente? (...) antes mesmo de ter o movimento do sindicato (...) a gente não tinha sindicato e se unia mais [e sabia quem a gente era]. Por quê? Porque hoje, nós enquanto trabalhadores rurais,

nós temos que ter uma cabeça [desmistificada] (...) desmitificar aquilo que está pronto ou que os outros faz pra nós (...). [Hoje](...) nós estamos perdendo a base (...). [Por exemplo] tratar [com] seus remédios [do quintal] pra também precisar menos de hospital, menos da farmácia (...) porque hoje nós acredita no que está no supermercado, mas a gente não acredita naquilo que estamos fazendo, que temos nos nossos quintais, a gente não acredita naquilo que a gente pode fazer(...) então nós perdemos a identidade pra gente estar aqui. E hoje (...) precisamos voltar a acreditar (...) que a gente pode começar a mudar a realidade em curso com o trabalho bão que o sindicato tem hoje [e baseado] nessa herança que nós tem.

Outro participante, atento à discussão, para refletir sobre o papel do sindicato hoje, sobre como lidar com o baixo envolvimento da juventude, com os problemas do plantio do milho transgênico e do uso de agrotóxicos, em certa medida, fundamentou sua opinião nos quatro eixos-articuladores, com maior destaque para os eixos *CEBs*, *Novo Sindicalismo* e *Acesso a Políticas Públicas*. A partir de uma síntese, ele reforçou o que ambas as lideranças haviam dito, sugerindo que “a gente não precisa inventar nada”, mas apenas retomar a tradição e estratégias como o grupo de reflexão, adequando-as aos problemas de nosso tempo, para que possamos chegar à base e discutir seriamente os problemas mencionados. Sintetizou o participante:

(...) a Dona X colocou, ela colocou vários elementos aqui, que pega o trabalho de base... e não é a gente levar [nada] para a comunidade, mas de resgatar e discutir, e ver como que a gente pode transformar essa realidade a partir de coisas que a gente está vivenciando, né. Então a Dona X trouxe [que pra] formar... [pra] trabalhar com a juventude, a gente não precisa inventar nada... Então a Dona X trouxe algumas coisas [questões que o sindicato aborda em seu trabalho], assim como os transgênicos e o uso de agrotóxicos. A gente que roda aqui em Espera Feliz é uma coisa que a gente tá vendo demais: a questão dos transgênicos, do plantio do milho transgênico, do plantio do milho transgênico e do uso do Round-up® (...) tá uma coisa de louco nessa Espera Feliz, e agente não tá dando conta disso. E a gente vai chegar num momento muito rápido, que a gente [vai procurar sementes e não vai ter]. Por quê? Porque o pessoal está indo por um caminho, de uma [imaturidade] de ver as coisas e comprar e de fazer, que não reflete o que isso pode gerar, né. A gente está indo por um caminho, que daqui a pouco a gente não vai ter o milho pra trocar semente. Você quer plantar o milho, você tem que ir [lá na loja pra comprar], porque você não encontra mais o milho pra plantar. [A gente está perdendo os valores]... e por que está perdendo? A gente não tá levando levando isso a sério pra discussão... é levar pra alguém algumas informações (...) “óh, cê tá plantando milho [transgênico] ai, óh, esse milho transgênico vai acabar” (...). Então a gente tem que levar isso pra comunidade e discutir. Dentro de um grupo de reflexão que a gente tá pensando, em nossa comunidade, trabalhar isso.

Nessa reunião (e em outras observadas), ficou evidente que os atores envolvidos com o sindicato falam de si e falam *com* os outros; falam do presente, falam do passado e projetam o futuro. Todo o diálogo apresentado é significativo como prova de como os eixos-articuladores da prática política se articulam – são (re)apropriados, deslocados e

transformados – e se mantêm vivos e operantes ao longo da história do sindicato. Esses eixos-articuladores são de acordo com cada época e situação, reconstruídos e resignificados. Isso, porque, como demonstra Comerford (1999, p.71), mesmo com toda a rica e recorrente simbolização do pertencimento a um grupo:

Pelo lado das concepções (...) na prática dessas reuniões, vêm à tona a tensão e as discontinuidades entre concepções que estão presentes e vivas nesse universo social, concepções divergentes que são igualmente constitutivas dele, e que se combinam das mais diversas maneiras.

Apresentado o recorte social, em suma, pode-se dizer que o quadro de percepção dos trabalhadores rurais envolvidos com ações do sindicato (as lideranças sindicais) fundamenta-se numa série composta por quatro eixos-articuladores, que se combinam e se reconfiguram a cada tempo, de acordo com situações determinadas. Esses eixos são repensados, incorporados e/ou abandonados pelas lideranças sindicais envolvidas com o sindicato. Eles mudam os rumos de suas ações e, conseqüentemente, das ações do Sintraf. Para dizer que tais eixos, compõem o princípio ético-político que orienta as ações do Sintraf, considerando que falamos de um fenômeno complexo, um investimento de análise antropológica precisa ser feito.

2.5 Em qual contexto se expressam os eixos-articuladores hoje?: Breve nota sobre os desafios contemporâneos e impactos para o sindicalismo rural local

“Nossos inimigos dizem: a luta terminou./Mas nós dizemos: ela começou./Nossos inimigos dizem: a verdade está liquidada./ Mas nós dizemos: nós a sabemos ainda./ Nossos inimigos dizem: mesmo que ainda se conheça a verdade/Ela não pode ser divulgada./ Mas nós a divulgamos”.

BERTOLT BRECHT, tradução de Paulo C. de Souza

No que tange ao cenário político brasileiro, pode-se dizer que, após o impedimento do mandato da presidenta Dilma Rousseff (PT), aprovado pelo Senado Federal em 31 de agosto de 2016, processo entendido pelos movimentos sociais brasileiros de esquerda, como um Golpe de Estado (história que se repete como farsa!), presenciamos o fim de um ciclo do “nunca antes nesse país” de Lula, isto é, período de 13 anos de governo PT, em que, como descreve Barboza Filho (2010, p.53), “Milhões de pessoas foram incorporadas ao consumo e ao mercado, e as que não conseguiram se dependuraram na proteção do Estado”.

O que se assiste atualmente é a constante predação, realizada pelas elites dirigentes, do Estado democrático de direitos. Essas elites promovem um retorno desastroso a um capitalismo voraz que *não possui história*⁶⁹. Como assinala Barboza Filho (2010, p.52):

Renova-se em Sérgio Buarque a imaginação predominante em todo o nosso pensamento político, ou pelo menos nas “linhagens” tal como fixadas por Gildo Marçal Brandão: a necessidade de promover a inteira substituição de uma sociedade dada como atrasada, patrimonial, rural, patriarcal e predadora por um modelo de sociedade fundado nas exigências das linguagens da razão e do interesse.

O Estado, através de um programa de austeridade, apoiado em medidas, a princípio, apresentadas com o objetivo de preservar a economia brasileira e tornar viável o seu desenvolvimento⁷⁰, intensifica a crise estrutural, inerente ao nosso capitalismo dependente. As conquistas, duramente adquiridas, vão sendo extirpadas da população. Esse movimento se expressa em perda de direitos, corte de investimentos estatais em políticas sociais; supressão ou fragilização de órgãos governamentais e políticas públicas de desenvolvimento rural.

Para a agricultura familiar, colocada essa conjuntura política, várias são as dificuldades colocadas para os trabalhadores e trabalhadoras. Destacando alguns problemas que afetarão diretamente o Sintraf, como exemplo, temos as anunciadas pela Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista, a problemática extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário⁷¹, a fragilização dos Programas Nacional de Alimentação

⁶⁹ Barboza Filho (2010), diz que o capitalismo moderno brasileiro não tem história. Com isso ele quer dizer que, as elites políticas, orientadas pelas linguagens – mal compreendidas – do interesse (orientadas pelo mercado) e da razão (valendo-se da lei, da norma, e de todo o aparato estatal disponível). Essas elites promovem um capitalismo que desconhece com a tradição, as expectativas dos seres que ela criou, enfim, indiferente com nossa história como narrativa de liberdade. Esse processo leva a uma consequência prática desastrosa: a constituição de uma sociedade em que o “indivíduo” torna-se lobo do outro. Como escreve o autor, se instala uma guerra de todos contra todos que pode levar ao desaparecimento da sociedade.

⁷⁰ Muito do que o governo de Michel Temer implementou, segue as orientações presentes no programa de governo “Uma Ponte para o Futuro” divulgado, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), em outubro de 2015. Vale a pena a leitura do documento. Disponível em: <http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf>. Acesso em 14 fev. 2017.

⁷¹ Em notícia do Portal Vermelho, lê-se que mais de 100 assentados do MST avaliaram, no Seminário Nacional que aconteceu em Brasília, nos dias 03 a 07 de junho de 2016, que a extinção do ministério, com a transferência de suas responsabilidades para o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para a Casa Civil, representa “a fragilização dos Programas Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e de Aquisição de Alimentos (PAA) pela não liberação de novos recursos neste ano e o contingenciamento progressivo do orçamento voltado para o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) são ações vistas com preocupação pelos agricultores (...). Para o Movimento, com a fragilização de bases importantes da política agrária da agricultura familiar – assistência técnica, formação continuada, política-fim, comercialização e escoamento dos produtos para população empobrecida, foco do PAA e PNAE, a agricultura da monocultura, voltada à exportação e de alto impacto socioambiental deve ser fortalecida” Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/282365-8>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

Escolar (PNAE) e de Aquisição de Alimentos (PAA) em decorrência da não liberação de novos recursos no ano passado, etc.

Como ouvi em uma dessas reuniões que participei, este é um dos piores momentos para o sindicalismo rural no Brasil. Estas e outras dificuldades foram constantemente lembradas em todas as reuniões que participei⁷². Todos os desafios que esta conjuntura estabelece viram pauta e os atores envolvidos discutem formas de superá-los⁷³. Afinal, como dito em uma reunião, “A dificuldade vem pra gente tomar força”⁷⁴. Esse é o contexto social, político e econômico mais imediato do qual emergem os “novos” sentidos dos eixos-articuladores da prática política do Sintraf de Espera Feliz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inserindo-se no campo de estudos da antropologia política, o trabalho aqui desenvolvido, procurou contribuir com as discussões, que vem sendo desenvolvidas por diferentes antropólogos e cientistas sociais, principalmente no que se refere ao estudo das sociedades camponesas. Através de um Estudo de Caso, investigando o desenvolvimento processual do sindicalismo rural de um município da Zona da Mata mineira .

O caso observado foi o sindicalismo rural de Espera Feliz-MG. A fim de responder duas perguntas: (i) quais valores compõem o princípio ético-político do Sintraf do município? (ii) como esses valores são apropriados e transformados pelos atores envolvidos com a organização?, num período de um ano, situei-me como empreendimento científico por excelência. Observei reuniões do sindicato e, valendo-me de diversas ferramentas e estratégias, sobretudo, da comunicação visual e da efetiva participação na reuniões como membro da “equipe de frente”.

Esta observação participante e participação observante, tornou possível ao pesquisador tomar contato com, o que se classificou como, os eixos temáticos da prática política do sindicato de Espera Feliz. Esses eixos-articuladores podem ser definidos como

⁷²A questão previdenciária é tão latente, que foi o governo anunciar a Reforma, e rapidamente os agricultores e agricultoras familiares se mobilizaram em busca de informação e formação sobre o tema. Por exemplo, foi realizado pela FETRAF-MG, em parceria com o Sintraf de Espera Feliz, o “Seminário de Previdência Social”. O evento aconteceu dia 22 de agosto de 2016 em Espera Feliz e contou com a presença de representantes de aproximadamente 10 sindicatos. Para ver os principais pontos discutidos neste seminário, cf. Anexo 2.

⁷³ Para se ter acesso às discussões sobre as principais ações que o sindicato, em reunião de planejamento realizada em janeiro de 2017, elencou para superar os desafios que se colocam pela conjuntura política atual. Cf. Apêndice 1.

⁷⁴ Frase dita pela presidenta do sindicato na abertura da reunião de planejamento. Segunda a mesma, de setembro em diante, se referindo à data em que tomou posse, ela tem entendido o que é resistência, convivido mais com uma nova família, os funcionários do Sindicato. Isso a deixa preocupada, mas também lhe dá forças também.

ideias e valores fundamentais, construídos por atores concretos, portanto, abertos em constante transformação. Esses eixos são combinados das mais diversas maneiras, de acordo com o contexto histórico e de acordo com situações determinadas. Cada um dos atores envolvidos com o sindicato, ao seu modo, transforma esse aprendizado conceitual em ações práticas. Foram classificados quatro tipos de eixo-articulador, quais sejam: *Saber-fazer camponês*, *CEBs*, *Novo Sindicalismo* e *Acesso a Políticas Públicas*.

Esses eixos-articuladores da prática política foram traçados a partir da leitura que os próprios militantes, mais especificamente as lideranças sindicais que frequentam as reuniões, fazem de seu passado e presente. Esse conjunto de ideias e valores são constantemente repensados, incorporados e/ou abandonados pelos atores envolvidos com o sindicato ao longo de sua trajetória histórica. Desconfiamos que esses eixos compõem o princípio ético-político da organização. Todavia, para responder à questão um investimento de análise antropológica será necessário.

Outra percepção desenvolvida nesse contato com as lideranças sindicais nos espaços formais de articulação política (reuniões) é a estreita ligação entre engajamento religioso e engajamento político. Essa relação histórica entre Movimento da Boa Nova e sindicato tem se mostrado muito atual, e tem sido o motor de complexas reflexões entre as lideranças sindicais. Notadamente, nesse período de instabilidade política, expressa em perda de Direitos para toda a classe trabalhadora, a organização tem reforçado o papel do trabalho de base (nas comunidades), dos grupos de reflexão e da formação sindical para os sindicalizados poderem se formar.

O Sintraf também tem estreitado laços com diversos mediadores externos históricos, sobretudo, os ligados à Igreja Católica. Exemplifica esse movimento, a presença do missionário sacramentino, fundador do Mobon, João Resende, no Iº Congresso eleitoral do sindicato (episódio densamente analisado nesta monografia) para uma assessoria de motivação sindical.

A monografia se propôs a fazer mais uma discussão possível sobre o tema. Espera-se o trabalho possa contribuir para estimular outras pesquisas e o aprofundamento do tema. Fica a pergunta: esses eixos-articuladores são também princípios éticos políticos que estruturam a ação do sindicato e seus filiados? Sugere-se a continuação desta pesquisa, uma vez que o tempo para sua realização foi curto e o conteúdo investigado merece maior atenção.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Ricardo Torri de. *O movimento da Boa Nova*. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 1999, 200p.

ARROYO, Miguel G. Pedagogias em movimento: o que temos a aprender dos movimentos sociais?. *Currículo sem fronteiras*, Rio Grande do Sul, v.3, n.1, p.28-49, jan./jun. 2003. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/arroyo.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2015.

BARBOZA FILHO, Rubem. “A modernização brasileira e o nosso pensamento político”. *Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, v.37, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/3552>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. Org. Renato Ortiz (Tradução de Paula Monteiro e Alicia Auzmendi). São Paulo: Editora Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *A Miséria do Mundo*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007, p. 693-713.

CADERNO DO(A) PARTICIPANTE CARAVANA AGROECOLÓGICA E CULTURAL DA ZONA DA MATA, Viçosa, 2013. Disponível em: <https://issuu.com/centrodetecnologiasalternativasdazo/docs/caderno_do_participante_-_caravana_>. Acesso em: 14 jul. 2016.

CAMPOS, Mônica Baptista. “As CEBs e o inclusivismo católico na América Latina”. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/st3/Campos,%20Monica%20Baptista.pdf>>. Acesso em 11 dez. 2017.

CAMPOS, Ana Paula Teixeira de. “*Conquista de Terras em conjunto*”: redes sociais e confiança – a experiência dos agricultores e agricultoras familiares de Araponga. 2006. 121f. Dissertação (mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2006.

CAPORAL, Francisco Roberto. *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília: MDA/SAF/Dater-II CA, 2004, 24p. Disponível em: <<https://www.socla.co/wp-content/uploads/2014/Agroecologia-Conceitos-e-principios1.pdf>>. Acesso 13 jul. 2016.

CINTRÃO, R. P. *ONGs, Tecnologias alternativas e representação política do campesinato: uma análise da relação entre o Centro de Tecnologias Alternativas e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais na Zona da Mata Mineira*. 1996. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

COMERFORD, John Cunha. *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 1999, p.11-18; p.46-77.

_____. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003, 407p.

_____ et al (org.). *Giros etnográficos em Minas Gerais: casa, comida, prosa, festa, briga e o diabo*. Rio de Janeiro: 7 Letras: FAPERJ, 2015, p.7-44.

CUNHA, Wellington Alvim da & SILVA, Edson Arlindo. Inovações institucionais na oferta de alimentos da agricultura familiar para o mercado institucional: o caso de uma cooperativa em Minas Gerais. In: SOBRINHO, Amélia Carla (org.). *Políticas públicas e sua efetivação local: volume II*. Viçosa: UNIEDHS, 2016, p.146-172

DAMATTA, Roberto. “O ofício de etnólogo, ou como ter ‘anthropological blues’” (1974). Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/51433408/DAMATTA-Roberto-O-oficio-de-etnologo-ou-como-ter-anthropological-blues>>. Acesso em: 07 mar. 2017.

FACILITAÇÃO gráfica. Direção: Louise Vendramini, Curitiba, 2014. 2 minutos. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZTsUp8g3Jvg>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

FEATHERSTONE, Mike (org.). *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994, p.7-21.

FELICIANO, Carlos Alberto. “Para entender as ações dos movimentos sociais no campo brasileiro”. 2006. Disponível em: <<http://editoracontexto1.tempsite.ws/produtos/artigos/Carlos%20Alberto.pdf>>. Acesso 13 jul. 2016.

FERRARI, Eugênio Alvarenga. *Agricultura Familiar Camponesa, Agricultura Familiar e estratégias de reprodução socioeconômica*. 2010. 139f. Dissertação (mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2010.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?: trad: Rosiska Darcy de Oliveira*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, 93p.

FUNK et al. “Pluriatividade: uma estratégia de sustentabilidade na agricultura familiar nas localidades de Capão Seco e Barra Falsa 3º Distrito – Rio Grande – RS”. *Geografia Londrina*, v.15, n.2, p.51-61. 2006.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008, p.3-21.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1991, 121-125.

GOFFMAN, Erving. *A representação do Eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1975.

GOHN, Maria da Glória. “Movimentos Sociais na Contemporaneidade”. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, v.16, n.47, p.333-361, mai./ago. 2011.

GOMES, Wanda Lúcia e ANDRADE, Durval Angelo. *Mobon: missão e fé libertadora*. Belo Horizonte: O Lutador, 2011, 186p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006, 777p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2010*. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=31&dados=0>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

JÚNIOR, Antonio Thomaz. “O Sindicalismo Rural no Brasil, no rastro dos antecedentes”. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona: Universidad de Barcelona, n.15, n.p., jan. 1998. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-15.htm>>. Acesso em: 11 fev. 2017.

KUSCHNIR, Karina. (2007), “Antropologia e Política”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo. Vol.22. n. 64, jun./2007, p.163-167.

MARQUES, Eduardo. “Os mecanismos relacionais”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.2, n.64, jun. 2007, p.157-161.

MARTINS, Suely Aparecida. “As contribuições teórico-metodológicas de E. P. Thompson: experiência e cultura”. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, Santa Catarina, v.2, n.2 (4), p. 113-126, ago./dez., 2016.

OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa & ROTHMAN, Franklin Daniel. “Arquidiocese de Mariana, Teologia da Libertação e Emergência do Movimento dos Atingidos por Barragens do Alto Rio Doce (MG)”. *Revista Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política*, n. 12, p.177-203, abr. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2008v7n12p177>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa e ZANGELMI, Arnaldo José. Religião, comunicação e cultura política: da vida religiosa à luta pela cidadania. *Revista de Ciências Humanas*, Viçosa/MG, v.9, n.9, p.216-228, jul./dez. 2009.

OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa. Religião, política e identidades: a história recente da arquidiocese de Mariana em debate. In: *XIII ENCONTRO DE HISTÓRIA ANPUH-RIO – IDENTIDADES*, 2008. Disponível em: <http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212962904_ARQUIVO_TextoFabricioAnpuh-Rio.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2016.

_____. “O Concílio Vaticano II, o MOBON e as comunidades rurais: um estudo sobre a práxis comunicativa entre missionários e grupos católicos leigos”. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v.30, n.2, p.38-58, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872010000200003>. Acesso em: 13 jul. 2016.

_____. *Religião, política e comunidade: emergência e politização do Movimento da Boa Nova*. 2012. 246f. Tese (doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2012.

PLOEG, Jan Douwe van der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade*, trad.: Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p.17-71; 285-312.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. Dez qualidades da agricultura familiar. *Revista Agriculturas* (Cadernos para debates), Rio de Janeiro, n.1, p.3-14, fev. 2014.

RIBEIRO, Marlene. Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.28, n.2, p.113-128, jul./dez. 2002.

RIBEIRO, José Carlos. “O Sindicalismo no contexto social dos trabalhadores Rurais”. 2006. Disponível em: <http://www.escrita.com.br/escrita/leitura.asp?Texto_ID=5776>. Acesso: 10 fev.2017.

ROAM, Dan. *Desenhando negócios: como desenvolver ideias com o pensamento visual e vencer nos negócios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”. In: _____ (org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006, p. 777-821.

SILVA, Amauri Adolfo da. *Pedaços de poesia*. Carangola: Minasgraf Editora Ltda, 2012.

SILVA, Marcio Gomes da e DIAS, Marcelo Miná. “Organização política, agricultura familiar e estratégias de (des)envolvimento local: o caso de Espera Feliz-MG”. Texto em Discussão de Extensão Rural. TD 1/2009. Disponível em:< http://arquivo.ufv.br/der/wpapers/ext_rural/TD01-09%20ER%20-%20Texto%20Col%20f3quio%20Espera%20Feliz.pdf>. Acesso em 11 fev. 2017.

SILVA, Marcio Gomes da. *Políticas públicas de desenvolvimento rural e organizações de agricultura familiar no município de Espera Feliz-MG*. 2010. 127 f. Dissertação (mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2010.

SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: Leya Brasil, 2016, 144p.

VELHO, Gilberto. “Observando o Familiar”. In: NUNES, Edson de Oliveira. *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p.121-130.

VILLAR, Juliana Padula et, al. “Os caminhos da agroecologia no Brasil”. In: GOMES, João Carlos Costa & ASSIS, William Santos de (editores técnicos). *Agroecologia: princípios e reflexões conceituais*. Brasília, DF: Embrapa, 2013, p.25-46.

VILLAR, Juliana Padula. *Práticas e saberes pela Agroecologia no Assentamento Padre Jésus em Espera Feliz – MG*. 2014. 92f. Dissertação (mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande. 2014.

WAGNER, Roy. *A Invenção da Cultura*, São Paulo: Cosac & Naify, 2010, p. 27-72.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O mundo rural com um espaço de vida: reflexões sobre propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Port Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p.15-183.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. “Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n.21, p.42-61, out. 2006.

WOORTMANN, Ellen e WOORTMANN, Klass. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997, 189p.

YIN, Robert K. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*: trad. Ana Thorell, 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2010, p.22-45.

ANEXOS

ANEXO 1 – A reunião e seus momentos (COMERFORD, 1999, p.53-57)

A partir da observação de um grande número de *reuniões*, os diferentes momentos ou etapas que as compõem podem ser classificados e descritos, do ponto de vista formal, da seguinte maneira:

- Momentos em que os participantes se engajam igualmente em atividades coletivas, como *oração* ou *cantos*. Para que haja um engajamento coletivo (que se reflete na intensidade das vozes e na coordenação dos movimentos), é necessário ter *orações* e *canções* conhecidas e com carga emocional, além de alguém (da *coordenação*) que “puxe”, mas que não se destaque a ponto de descaracterizar o caráter coletivo do procedimento em questão. Essas etapas podem implicar uma movimentação do conjunto dos participantes, como levantar-se juntos ou bater palmas no mesmo ritmo. As *canções* costumam ser “canções da luta”, com letras que se referem por exemplo à luta pela terra e pela reforma agrária, à vida difícil do trabalhador rural, à busca de um mundo mais justo etc. Um exemplo de oração é o Pai-Nosso que constitui invariavelmente a abertura das assembléias da Associação de São Bernardo, e é um momento solene por excelência. Um exemplo da importância das canções foi visto num encontro regional realizado pelo Movimento Sem Terra (MST) no assentamento de São Bernardo, em que um dos coordenadores, que era dirigente nacional do MST, assumiu o papel de puxador de músicas, tocando ao violão e cantando a cada intervalo músicas produzidas por militantes do MST (inclusive o hino do Movimento), e procurando fazer com que o público levantasse e cantasse junto (inclusive, em certos momentos, acompanhando a canção com gestos como o punho cerrado).

- Momentos em que pessoas previamente designadas falam diante dos outros participantes, como nos discursos de *abertura* ou *encerramento*, nas *explicações*, *análises de conjuntura* etc. São geralmente dirigentes, convidados, assessores, pessoas em torno das quais há uma expectativa geral, ainda que implícita, de que sejam colocadas em destaque. Essa colocação em destaque costuma se dar também do ponto de vista do espaço, com a pessoa que vai falar sendo chamada para a frente do salão, muitas vezes em um lugar especial (na *mesa* ou em pé diante do público). Ou seja, há uma “reserva” de tempo e de espaço para que essas pessoas façam uma apresentação. Mas o sucesso nessa etapa depende também de fatores como o prestígio prévio de quem se apresenta, a importância de seu cargo, a importância conferida à apresentação pela coordenação do evento, e a habilidade da pessoa em *falar bem* ou *falar bonito*, de modo a prender a atenção do público. Os discursos realizados nesses momentos podem abordar os mais variados temas, mas há uma tendência de destacar temas como a *união*, a *luta* coletiva, o significado das dificuldades enfrentadas, os inimigos a serem enfrentados pela coletividade que se reúne etc.

- Momentos em que pessoas voluntariamente fazem uma fala individual diante do público, sem que tenham sido previamente designadas, e sem que haja uma expectativa de que falem, e sem que necessariamente se trate de pessoas que ocupam cargos ou tenham grande prestígio no âmbito da organização. Isso pode acontecer nos *informes*, quando todos que têm alguma informação que querem tornar pública podem falar. Mas como os *informes* são temas de interesse da organização, geralmente quem tem mais informes para dar são aqueles que têm atuação mais destacada na organização, como os dirigentes e assessores. Um outro caso em que acontecem essas falas individuais não programadas são certas falas de trabalhadores que não são dirigentes, e que normalmente não se destacam nas reuniões, falas de “denúncia” ou “desabafo”. Não há um “nome” específico para designar esse tipo de intervenção, que, ao contrário dos *informes*, constituem sempre, do ponto de vista da coordenação, uma “saída de pauta”. Para quem se apresenta, trata-se de um importante momento de apresentar publicamente um drama pessoal e a sua *luta* diante das “autoridades” e de todos os presentes. Essas falas “fora de pauta” geralmente não são registradas em detalhe pelos *relatores* e tendem a não ser muito levadas em conta pela *coordenação*, justamente por se encontrarem “fora de pauta” e em uma linguagem distante da linguagem “oficial” da reunião, usada nos relatórios.

- Etapas que se caracterizam pela fala ordenada de cada participante diante dos demais, com o foco se revezando de modo a induzir todos a falarem. Isso acontece na *apresentação* e, em certos casos, na *avaliação*. As falas costumam ser bastante “formais”. Na *apresentação*, é comum

os trabalhadores (especialmente os “da base”) se apresentarem com o nome completo (com sobrenome, algo bastante formal), o local de origem, e (quando for o caso) o cargo que ocupam no Sindicato ou Associação. Eventualmente pode se pedir que digam algo a respeito de suas expectativas diante da *reunião* (normalmente bastante formal também). Nas *avaliações*, conforme já se mencionou, é comum a ênfase sobre aspectos “festivos” e “solenes”, e são comuns os agradecimentos formais aos “anfitriões” e “organizadores” do evento.

- Etapas de *discussão*, talvez as mais características das *reuniões*, ou seja, aquelas que não podem faltar. Podem ser descritas como momentos em que os participantes explicitam seus pontos de vista, num diálogo geralmente de caráter polêmico, por vezes abertamente conflitivo. Esse diálogo se dá diante do público que o acompanha atentamente e produz um certo nível de “ruído” (comentários baixos, observações pontuais, “zum-zum-zum”). Não há uma definição prévia de quem deve falar – a fala é voluntária e, a princípio, aberta a todos. Mas em geral poucas pessoas falam, e em geral são sempre os mesmos que mais falam nas várias reuniões de uma dada organização. As pessoas que falam não estão necessariamente agrupadas em algum lugar especial (como a *mesa*), podendo estar dispersas. Eles ou elas não são necessariamente membros da *coordenação*, não necessariamente ocupam cargos na organização, e não necessariamente são pessoas de grande prestígio no âmbito da organização – ainda que haja sempre a expectativa de que pessoas com esses atributos falem, e que em geral essas pessoas de fato falem mais. Mas mesmo pessoas que não têm nenhum desses atributos podem eventualmente intervir com sucesso e passar a se destacar, ainda que isso pareça ser pouco freqüente. A capacidade de *falar bem* ou *falar bonito* é, nessas etapas, um trunfo, e redundante em uma maior atenção por parte do público, mas não é propriamente um “pré-requisito”, pois uma pessoa que não saiba *falar bem* pode eventualmente fazer uma intervenção bem-sucedida. Ademais, a capacidade de prender a atenção do “público” é um efeito do conjunto das intervenções e do grau de polêmica dessas intervenções, e não apenas da fala de uma pessoa (como nos discursos mais formais na abertura e encerramento). O grau de interesse do público pelo assunto em discussão também tem seu peso. Além das regras explícitas que costumam ser aí acionadas, como a inscrição para falar junto à mesa coordenadora, o tempo de fala, e falar “só sobre o que está em pauta”, há também uma certa “etiqueta” que deve ser seguida, de modo que, por exemplo, as agressões pessoais explícitas são mal vistas. Essas regras e essa etiqueta colocam os parâmetros para que o “tom” geralmente agonístico dessas interlocuções não “saia do controle”. Simultaneamente com a dimensão “falada” das discussões, essas são as etapas priorizadas pelos membros da coordenação para anotações escritas. Os temas abordados nos momentos de *discussão* variam muito conforme as circunstâncias. Mas sempre que uma questão é trazida com sucesso para *discussão* em uma *reunião*, ela torna-se uma questão “coletiva”, um tema da organização.

- Momentos em que há uma subdivisão coordenada em grupos formados aleatoriamente ou de acordo com algum critério considerado pertinente (como local de origem, *frente de luta* etc) – são os *trabalhos em grupo*. Esses *trabalhos em grupo* são inseridos normalmente entre dois momentos de *plenária*: uma explanação ou apresentação que deve explicar e subsidiar o que deve ser *discutido no grupo*; e uma *apresentação* (orientada pela *coordenação*) dos resultados da discussão de cada grupo para o conjunto dos participantes, por um representante do grupo, às vezes com uso de cartazes ou do quadro negro. Cada *grupo* conta geralmente com a participação de algum membro da *coordenação*, e normalmente designa-se um coordenador e um relator do grupo. Com isso, as discussões feitas nos *trabalhos em grupo* também são anotadas e, de modo semelhante ao que ocorre nas *discussões* em plenário, tende a haver uma descontextualização e uma adaptação às categorias que orientam o discurso mais geral da organização. Nos trabalhos em grupo, não é incomum que ocorram também os “desabafos” e “denúncias”, mencionados mais acima, e que são exemplos de “saída de pauta”.

- Momentos de *lazer* coordenado (jogo de futebol, baile, concursos ou apresentações de música ou poesia). Um tipo específico de lazer coordenado são as chamadas *dinâmicas de trabalho em grupo*, que são como “jogos” sistematizados, com regras, por vezes com um aspecto de humor, em que os participantes participam e/ou aos quais assistem. A qualificação das *dinâmicas* como lazer não é sempre clara, pois muitas vezes são realizadas pela coordenação com objetivos específicos e “de trabalho”, como aumentar o entrosamento dos participantes (de modo a facilitar a participação nas discussões) ou com finalidades pedagógicas, apesar da sua evidente

dimensão lúdica.

- Momentos em que os participantes estão dispersos (ou agrupados de maneira espontânea), como os que antecedem imediatamente o início da reunião ou sucedem imediatamente o seu final ou os momentos de *intervalo* (inclusive os períodos da noite, em reuniões que duram mais de um dia). Nesses momentos, que também podem ser vistos como momentos de lazer, imperam as formas mais “espontâneas” de sociabilidade, com muitas conversas e *brincadeiras*. Quando há tempo suficiente, podem ser feitos passeios pela localidade onde está sendo realizada a reunião ou podem ser freqüentados os locais de lazer do próprio lugar (bares, praças, bailes etc).

- *Refeições*, em que os participantes recebem alimentos arranjados e preparados pelos organizadores do evento. A compra dos alimentos geralmente fica a cargo da coordenação, e o seu preparo costuma estar a cargo de cozinheiras contratadas pela coordenação. Mas há casos em que os participantes trazem contribuições em alimentos. As cozinheiras geralmente também costumam lavar as louças, mas em alguns casos os participantes devem levar as louças até a cozinha ou até mesmo se encarregar de lavá-las (através de alguma forma de divisão de equipes de trabalho), ainda que isso pareça ser menos usual. Os momentos de refeição são também momentos de “descontração”, com muitas *conversas* informais (que no momento das refeições podem ser um pouco mais longas) e *brincadeiras*. Em eventos maiores, podem ser também o momento para reuniões “parciais” de grupos específicos e de atividades “paralelas”.

- Etapas “pós-reunião” – avaliações da *reunião a posteriori* pelos organizadores, geralmente mais formal, e pelos demais participantes, informalmente em conversas no dia a dia, e elaboração de documentos escritos (*relatórios, atas*) por membros da *coordenação*, documentos que vão circular em determinados espaços (como as instâncias do movimento sindical ou do MST) e gerar novas interpretações e efeitos a partir das *reuniões*, ou que vão permanecer como uma espécie de “comprovação” ou registro oficial, cuja simples existência pode ser invocada em determinadas circunstâncias (como ocorre, por exemplo, com as atas de assembleias). Como as *reuniões* formam cadeias, as etapas “pós-reunião” são também etapas “pré-reunião”, ou seja, são também a preparação para as próximas *reuniões*.

Cada um desses momentos ou etapas se relacionam entre si formando o todo maior que é a *reunião*.

